



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 9º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
 Telefone: 2022-7828 - <http://www.mec.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23123.001961/2020-01

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de comunicação, envolvendo os serviços de apoio ao atendimento à imprensa, fotografia, produção de conteúdo jornalístico e audiovisual e monitoramento e análise das redes sociais e outras mídias digitais, em âmbito nacional, de acordo com os produtos e especificações previstos neste instrumento, para atendimento às necessidades do Ministério da Educação – MEC, conforme quadro abaixo:

	ITEM	DESCRIÇÃO	PERMANENTE/SOB DEMANDA	UNIDADE	Quantitativo Anual previsto
Grupo 1	1	Atendimento de demandas de veículos de comunicação	Permanente	Pacote com 100 Atendimentos	88
	2	Video-release	sob demanda	vídeo	515
	3	Áudio-Release	sob demanda	áudio	449
	4	Elaboração de texto em língua portuguesa	sob demanda	Lauda Jornalística	1200
	5	Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais	sob demanda	Posts	3810
	6	Deslocamento*	sob demanda		1
Grupo 2	7	Produção Fotográfica	sob demanda	saída/evento	780
	8	Deslocamento*	Sob demanda		1
Item não	9	Monitoramento e	Permanente	Serviço mensal	12

agrupável	análise das Redes Sociais e outras mídias digitais			
-----------	--	--	--	--

*** O valor referente a deslocamentos não deverá ser alterado. Os lances deverão ser ofertados somente para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 9, de forma que fique igual ou abaixo do estimado no Encarte "A" deste Termo de Referência. Em nenhuma hipótese o licitante(s) deverá(ão) ofertar lances para os itens 6 e 8, sendo estes itens valores fixos, conforme especificado no item 10.1.4 do Termo de Referência.**

1.2. Os descritivos dos serviços, os prazos e a forma de execução do objeto licitado encontram-se neste Termo de Referência - TR e em seus anexos.

1.3. Os valores máximos admissíveis encontram-se no Encarte "A" deste Termo de Referência.

1.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 2018, constituindo-se em atividades auxiliares, acessórias, instrumentais ou complementares à área de comunicação social.

1.5. Além disso, os produtos e serviços a serem contratados classificam-se como “comuns” à luz do parágrafo único do art. 1º da Leiº 10.520/2002, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente pré-definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

1.6. Poderá haver serviços que requeiram o deslocamento dos prestadores de serviço para atividades em outras localidades. Neste caso as passagens e/ou o deslocamento será custeado pela CONTRATANTE. Os demais custos tais como alimentação, estadia e transbordo em outras cidades deverão ser pagos pela CONTRATADA. Estes gastos serão medidos e pagos, mediante comprovação, até o limite das respectivas diárias previstas na proposta da CONTRATADA.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Ministério da Educação, como formulador de políticas públicas setoriais, necessita dar publicidade e informar a população sobre os programas do Governo Federal ligados à pasta.

Desde a educação infantil e básica, em que atua junto a estados e municípios na formação e capacitação de educadores, até a educação superior e pós-graduação.

2.1.2. Dentro da estrutura organizacional do Ministério, compete à Assessoria de Comunicação Social do MEC – ACS/MEC desenvolver os planos e as ações de comunicação, nas mais diversas mídias, para garantir que essas informações cheguem de forma clara e precisa aos cidadãos e às empresas de comunicação. Além disso, a Assessoria de Comunicação do MEC é responsável pela coordenação das ações de comunicação do MEC direcionadas à imprensa, pela coordenação do Portal MEC, – que concentra informações gerais da pasta além de conteúdos noticiosos e multimídias voltados ao cidadão, imprensa, profissionais da educação e gestores –, pela comunicação interna quanto ao gerenciamento de ferramentas e canais de comunicação específicos para publicação de conteúdos dirigidos ao público interno, pela formulação, implementação e utilização de diversos meios para divulgação da imagem institucional, da missão e ações do órgão, bem como pela criação e promoção de instrumentos para essas divulgações.

2.1.3. Entre as ações e programas de interesse público do órgão, estão os programas de acesso à educação superior - Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Entre as entidades vinculadas, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação desenvolve políticas de apoio à educação básica, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por sua vez, realiza o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que, em 2019, teve mais de 5 milhões de inscritos.

2.1.4. Além dos programas já consolidados, como os citados anteriormente, as secretarias e autarquias ligadas ao Ministério da Educação apresentam projetos para lidar com situações específicas que são identificadas e priorizadas nas políticas públicas de cada gestão. Apenas em 2019, por exemplo, houve o lançamento da Política Nacional de Alfabetização, para enfrentar os baixos resultados na

Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que resultou nos programas Conta pra Mim e Tempo de Aprender; do Compromisso Nacional pela Educação Básica, que reúne ações para melhorar a qualidade da creche até o ensino médio; do Programa de Fomento às Escolas Cívico-Militares, que apresenta um modelo para promover a melhoria na qualidade da educação básica do país, por meio de um ambiente de parcerias e de maior vínculo entre gestores, professores, militares, estudantes e famílias; do Programa Novos Caminhos, que busca ampliar o acesso ao ensino técnico; e do Future-se, que tem como objetivo modernizar as universidades federais.

2.1.5. Na era da Informação e com a ampliação do alcance de novas mídias, o Ministério da Educação, por meio de sua Assessoria de Comunicação Social, tem se destacado ao informar a sociedade brasileira sobre os planos, projetos e resultados das políticas públicas em educação.

2.1.6. Dentre os objetivos gerais da comunicação social do Ministério da Educação estão:

- assistir ao Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério nos assuntos de comunicação social;
- organizar e acompanhar as entrevistas concedidas à imprensa pelo Ministro e pelas demais autoridades do Ministério;
- atender solicitações dos órgãos de imprensa nacional e regional;
- monitorar e avaliar noticiários dos meios de comunicação social;
- monitorar e avaliar os perfis oficiais do MEC nas redes sociais;
- acompanhar, orientar e noticiar a participação de autoridades, servidores do Ministério e suas entidades vinculadas em eventos de interesse da Pasta;
- manter atualizado registro noticioso e fotográfico das atividades de interesse público desempenhadas pelo Ministério em seu portal e redes sociais, bem como em meios de divulgação voltados a seu público interno, observados aspectos de qualidade, coerência e adequação das informações;
- manter relacionamento com veículos de comunicação e formadores de opinião para a divulgação das ações desenvolvidas pelo Ministério;
- aperfeiçoar a comunicação interna e externa;
- contornar cenários de crises institucionais;
- reforçar a comunicação dos projetos e programas desenvolvidos de forma congruente.

2.1.7. Para o atendimento aos objetivos, é essencial implantar uma estrutura organizada de atendimento e interação com os diversos veículos de comunicação, com a finalidade de sistematizar e padronizar as atividades no que se refere ao relacionamento com os veículos de imprensa e demais solicitantes. Essa necessidade surge em função da rápida ampliação do acesso à informação pela população, especialmente com a popularização do acesso à internet e da atuação dos muitos veículos de comunicação que difundem notícias no meio online, e ainda pelo crescimento global da audiência e circulação de todos os tipos de mídias. Esse aumento gera grande volume de demandas sobre a reduzida equipe de comunicação que atualmente cuida do relacionamento do Ministério com a mídia e da assessoria de imprensa.

2.1.8. O Ministério da Educação não pode prescindir de um assessoramento nas áreas específicas de comunicação institucional para, em articulação com os outros serviços congêneres, promover a relação com os mais diferentes públicos no tocante à missão institucional do órgão. Trata-se de uma área muito sensível e dinâmica.

2.1.9. É responsabilidade do MEC deixar claro à população as ações do órgão para o setor e seus benefícios, bem como dar a devida publicidade às políticas, projetos, ações e programas empreendidos pelo órgão. Essa divulgação requer uma comunicação social eficiente e objetiva, com atuação em diversas plataformas, viabilizando um eficiente diálogo com a população.

2.1.10. As novas mídias propõem um modelo de comunicação que vai além do relacionamento com a imprensa. Mais dinâmico e direto, esse modelo permite o diálogo com os públicos, exigindo que a Administração Pública esteja sempre atenta e à disposição para esclarecer, destacar e promover as pautas positivas da agenda de governo. Nesse sentido, a comunicação social necessita adaptar-se a essas mídias em sua linguagem, dinâmica e formatos para agregar maior credibilidade e tempestividade às ações de divulgação, na medida em que as informações chegam ao cidadão por meio da imprensa, meios próprios de comunicação e por formadores de opinião.

2.1.11. Essa comunicação forte, eficiente e integrada, para construção da imagem do órgão, deve ser disseminada e ratificada diariamente, a fim de firmar com a sociedade o compromisso, a missão e os valores da instituição materializados no âmbito da prestação dos serviços e na gestão dos investimentos públicos.

Para tal, detecta-se a necessidade de produtos e serviços de comunicação que possam dar apoio à assessoria na concretização de suas estratégias para a efetiva comunicação social do Ministério.

2.1.12. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação e o crescimento vertiginoso das redes sociais nos últimos anos, se observa a participação interativa como a característica mais marcante dos usuários, conectados em rede, com acesso quase ilimitado à informação e elevado poder de decisão. Por isso, é preciso pensar a emergência de novas formas de produção de comunicação das redes sociais virtuais que ofereça condições de um diálogo eficiente entre o Ministério, usuários e os atores sociais.

2.1.13. Produto direto do avanço da internet, as plataformas para redes sociais impõem um novo modelo de comunicação: horizontal, em tempo real, interativo, digital, de múltiplos fluxos. Um modelo em que o receptor, livre de intermediários tradicionais, tem papel ativo no retorno, propagação e crítica da mensagem recebida. Uma atuação profissional, planejada e direcionada na internet, sobretudo nas redes sociais de maior alcance, é condição primordial para aprimorar o intercâmbio com a sociedade e consolidar a imagem do Ministério. Estar fora das redes sociais deixou de ser opção para grande parte dos órgãos, que passaram a utilizá-la como ferramenta auxiliar da comunicação interna, para promover interações significativas com as organizações e seus públicos, ampliar a capacidade de conexão, trabalhar sua imagem e buscar objetivos comerciais, políticos ou sociais.

2.1.14. Considerando que os meios de comunicação são constantemente impactados pelas mudanças sociais, culturais, econômicas e tecnológicas, destaca-se que as demandas dos meios de comunicação se fazem de forma democrática, autêntica, natural e intempestiva, motivadas por diversas razões e, por muitas vezes, são imediatas e complexas, procedentes de assuntos distintos, reforçando a necessidade de desenvolver e organizar argumentos de forma congruente e com linguagens adequadas às respostas deste Ministério e, por consequência, para o Governo Federal. Sendo assim, importante ressaltar que trata-se de uma área muito sensível e dinâmica que necessita de assessoramento profissional constante.

2.1.15. Não se pode divulgar programas e políticas públicas sem contar com técnicas adequadas e inovadoras de comunicação. É essencial que este ministério esteja devidamente estruturado para continuar com o atendimento necessário aos veículos de comunicação, de modo a garantir que a população receba, com agilidade, a informação e a orientação correta e precisa sobre os programas e projetos do Governo Federal. Para isto, a área de comunicação social precisa continuar com estratégias organizacionais especializadas e inovadoras para cumprir sua missão de informar com propriedade e oportunidade aos diversos públicos (população em geral, imprensa, demandantes internos, públicos de interesse), em diversas plataformas de informação, o que reforça a necessidade da contratação dos serviços requeridos.

2.1.16. Ocorre que as competências atribuídas à Assessoria de Comunicação do Ministério da Educação envolvem a atuação junto aos mais diversos veículos de comunicação social nacional e internacionais, formadores de opinião, organizações governamentais e não governamentais, servidores públicos, organismos internacionais que tratam das temáticas da Pasta, e outros públicos de interesse do Ministério. Ainda quanto à dimensão da atuação da Assessoria de Comunicação Social, da concentração de esforços pelos servidores nas atividades principais relacionadas à comunicação, é necessário a execução de atividades de apoio às atividades relacionadas à execução e desenvolvimento de tarefas elaboradas pela comunicação, de forma que os produtos e serviços a serem contratados atuem em conjunto com a inteligência de comunicação do órgão, para a efetivação das atividades fim da Assessoria.

2.1.17. Corroborando com o explanado, apresentamos dados quantitativos de alguns dos trabalhos acessórios, auxiliares e instrumentais que foram desenvolvidos na ACS/MEC entre maio/2019 a março/2020. Para tanto, a Assessoria de Comunicação do MEC realizou pesquisa sobre o quantitativo de demandas recebidas de veículos de informação. O total de e-mails recebidos na conta de e-mail imprensa@mec.gov.br somam 7.536 no período pesquisado. Há, na dinâmica do atendimento à imprensa, o costume de se receber réplicas dos jornalistas após o envio das primeiras informações. Sendo assim, o número total de e-mails deve ser entendido como o número de vezes em que a Assessoria foi contatada pela imprensa a respeito de informações do Ministério da Educação, não como o número total de pedidos únicos demandados pelos veículos de informação. Dividindo-se o número total de 7536 “contatos” pelo número de dias compreendido no período pesquisado (336 dias), tem-se a média de 22,5 contatos por dia trocados pela ACS/MEC com a imprensa livre do Brasil.

2.1.18. Assim sendo, cabe ressaltar que a contratação de prestação de serviços auxiliares e acessórios à assessoria de comunicação tem por finalidade apoiar a ACS/MEC no cumprimento dos preceitos constitucionais de transparência pública e, em especial, da Lei de Acesso à Informação, fortalecendo os

mecanismos de diálogo de interesse público para o exercício da cidadania. Além disso, a contratação em tela subsidiará a área de comunicação acompanhando a presença do Ministério da Educação e seus porta-vozes na mídia e redes sociais, identificando e antecipando os eventos com potencial de se transformar em notícia, o que permitirá um melhor posicionamento da própria instituição, contribuindo, assim, para fortalecer a imagem institucional e dos programas e ações, inclusive em momentos de crise.

2.1.19. Dentre os resultados, espera-se o incremento da capacidade de condução sistêmica da comunicação institucional do Ministério da Educação, hoje marcada pela limitação de recursos humanos e materiais exigidos para o bom desempenho de suas funções técnicas. Com os serviços prestados, espera-se aumentar o valor agregado pelas ações de comunicação institucional à inserção de temas voltados à pasta na agenda nacional, apoiando iniciativas capazes de influenciar o conhecimento, a predisposição e o comportamento de segmentos que ainda carecem de maior interlocução com o Ministério da Educação.

2.1.20. Ainda como resultado, é esperado que os produtos a serem entregues e desenvolvidos nesta contratação permitam o fortalecimento do discurso institucional do Ministério da Educação, por meio de ações que integrem e uniformizem, verbal e visualmente, o tratamento das mensagens, conceitos, valores e princípios difundidos, proporcionando o aumento da capacidade do Ministério da Educação de prover informação relevante e de interesse público com qualidade.

2.1.21. Assim, a contratação de empresa(s) especializada(s), que detenha(m) experiência e domine técnicas modernas e eficazes de comunicação e relacionamento, certamente ampliará a capacidade e eficiência das ações da Assessoria de Comunicação deste Ministério, cujos resultados trarão benefícios para o órgão.

2.2. Declaração do objeto: O objeto a ser contratado configura serviço de natureza continuada e será prestado no prazo de 12 (doze) meses podendo haver prorrogação do contrato conforme a previsão do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

2.3 Fundamentação da contratação: A presente contratação tem amparo legal nos seguintes dispositivos:

2.3.1. **Lei nº 10.520/2002:** institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.3.2. **Lei nº 8.666/1993** e suas alterações posteriores (no que couber): regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.3.3. **Lei nº 12.187/2009**, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências;

2.3.4. **Lei nº 12.305/2010**, de 02 de agosto de 2010; - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 10.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;

2.3.5. **Lei Federal nº 12.846/2013**, de 1º de agosto de 2013; - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

2.3.6. **Lei nº 8.078/1990**, de 11 de setembro de 1990; - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

2.3.7. **Decreto nº 3.555/2000**, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

2.3.8. **Decreto nº 10.024/2019**, de 20 de setembro de 2019, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

2.3.9. **Decreto nº 9.507, de 21** de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

2.3.10. **Decreto nº 7.746/2012:** estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;

- 2.3.11. **Decreto nº 7.203/2010**, de 4 de junho de 2010: - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- 2.3.12. **Decreto nº 3.722/2001**, de 09 de janeiro de 2001: Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 2.3.13. **Decreto nº 4.485/2002**, de 25 de novembro de 2002; - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 2.3.14. **Decreto nº 4.358/2002**, de 05 de setembro de 2002; - Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.
- 3.2.15. **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 SLTI/MPOG**: dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 2.3.16. **Instrução Normativa nº 02/2010**, de 11 de outubro de 2010; - Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG;
- 2.3.17. **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014 (alterada pela IN 03/2017)**: dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização da pesquisa de preços;
- 2.3.19. **Instrução Normativa SEGE/MPDG nº 05/2017**: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- 2.3.28. **Instrução Normativa SECOM/SG/PR nº 04/2018**: disciplina as licitações e os contratos de serviços de comunicação corporativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
- 2.3.19. **Portaria nº 120 do Ministério da Educação**, de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016; - Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- 2.3.20. **Portaria nº 1.478/2014**, de 1º de dezembro de 2014, da Secretaria Executiva do MEC - Art. 1º Ficam definidos todos os serviços considerados de natureza contínua que cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, no âmbito deste Ministério.

2.4 . Parcelamento da contratação:

- 2.4.1. Nos termos do item 3.8 do Anexo III da IN SEGE/MPDG nº 5/2017 o parcelamento do objeto é a regra nas contratações da administração, tal medida permite maior número de participantes para determinados itens ou conjunto de itens, na medida em que as empresas de diferentes portes e com objetos sociais específicos podem participar dos itens que se adequem a sua estrutura e campo de atuação. Outra vantagem do parcelamento é a possibilidade da obtenção da proposta mais vantajosa, uma vez que ao separar os serviços em itens ou lotes maximiza-se a oportunidade das empresas ofertarem preços para determinados serviços que compõem seu portfólio usual.
- 2.4.2. A divisibilidade do objeto a ser adquirido, a princípio, permite uma maior competitividade na oferta, eis que amplia a margem daqueles possíveis licitantes que podem ofertar parte do objeto, mas não o objeto como um todo. Desse modo, avaliando as características do objeto pretendido, o agrupamento de itens determinados da pretensão contratual é técnica e economicamente viável sendo que sua divisão pode prejudicar o conjunto do objeto, além de gerar outros custos relacionados à coexistência de diversos contratos, potencializando riscos e dificuldades na gestão técnica e administrativa de uma pluralidade de contratos autônomos.
- 2.4.3. A coexistência de muitas empresas atuando em um processo de construção de uma solução de comunicação traria dificuldades à execução, pois cada uma deteria as informações decorrentes do item sob sua execução e não haveria uma visão global da problemática do órgão e das possibilidades de atuação. Dessa forma a estratégia de comunicação do MEC ficaria fragmentada e restrita a determinados itens. Por outro

lado, os interesses individuais de cada contratada poderiam passar a contaminar a proposição da melhor solução e subtrair a necessária agilidade e eficiência.

2.4.4. O MEC busca uma solução que preza pela uniformidade dos discursos para a eficiência e efetividade da comunicação do órgão. A contratação de itens determinados em grupos se justifica pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que a eventual opção por vários fornecedores aumentaria significativamente os riscos de incompatibilidade tecnológica ou descontinuidade da padronização dos serviços, evitando dificuldades gerenciais/operacionais e, consequentes aumentos dos custos operacionais e orçamentários.

2.4.5. Nessa linha, visando realizar o parcelamento para melhor aproveitamento do mercado, foi isolado o item de monitoramento, uma vez que restou caracterizada, na pesquisa junto ao Paineiro de Preços, que estes serviços em geral são contratados de forma individualizada havendo significativo número de empresas fornecedoras, inclusive empresas especializadas na entrega destes serviços. Dessa forma, as licitantes que podem fornecer somente este item poderão competir em igualdade de condições com àquelas empresas que possuem portfólio mais variado. Verifica-se ainda que a existência prévia de contratações isoladas deste item apontam para o interesse do mercado em participar, minimizando o risco destes itens restarem desertos.

2.4.6. Ainda, objetivando adequar-se ao mercado sem que haja risco de perda da competitividade e da economia de escala e, considerando que alguns dos serviços executados buscarão a mesma fonte de informações e/ou influenciarão diretamente na execução de outros itens de serviços, agrupando-o por similaridade e complementaridade, da seguinte maneira para que haja uma comunicação coerente: no Grupo 1 foram agrupados os itens assessoria de imprensa e de serviços que operacionalizam, auxiliam e instrumentalizam a formação de relações junto às mídias digitais. No grupo 2, foi inserido o item relacionado à produção fotográfica. Portanto, no caso presente, entende-se que o parcelamento total do objeto não atenderia ao intento do órgão, pois possivelmente resultaria em perda de qualidade e eficiência na execução do contrato, além de possíveis perdas de aspecto econômico.

2.4.7. Nesse sentido, visando realizar o parcelamento para melhor aproveitamento do mercado, o, bem como optou-se por isolar os itens monitoramento de redes sociais e análise de mídias digitais e produção fotográfica, uma vez que estes serviços em geral são contratados de forma individualizada havendo significativo número de empresas fornecedoras, inclusive empresas especializadas na entrega destes serviços. Dessa forma, as licitantes que podem fornecer somente estes itens poderão competir nestes itens em igualdade de condições com àquelas empresas que possuem portfólio mais variado. Verifica-se ainda que a existência prévia de contratações isoladas destes itens apontam para o interesse do mercado em participar, minimizando o risco destes itens restarem desertos.

2.4.8. Nessa linha, observamos que os produtos acima listados podem ser contratados de forma parcelada, sem prejuízo para sua execução. A uma, por que, para a dinâmica de execução e estrutura das atividades de comunicação social, tais produtos não detêm natureza intelectual, tratando-se de atividades acessórias cuja coesão entre si é alcançada por meio dos direcionamentos e coordenação conferidos pela administração a qual detém a visão relativa ao todo das atividades de comunicação da Pasta; a duas, por que os produtos selecionados não configuram uma solução única e indivisível, ao contrário, cada atividade possui metodologia própria, produtos definidos e resultados mensuráveis inclusive considerando-se os diferentes meios e veículos de comunicação e os diversos instrumentos e ferramentas disponíveis. Assim, verifica-se como solução mais eficiente para o Ministério, o parcelamento do objeto.

2.5. Participação de empresas reunidas em consórcios

2.5.1. Importante registrar que a admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 33, da Lei nº 8.666/1993. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem garantir a competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público.

2.5.2. Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.5.3. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame.

2.5.4. Conforme entendimentos da Corte de Contas, configura-se a discricionariedade da Administração, sem, no entanto, restringir a competitividade, o que ao caso se percebe haja vista o objeto ora contratado não possuir como característica serviços típicos de perfil técnico diferenciado que necessitem a junção de empresas para a perfeita e fiel execução contratual.

2.5.5. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

2.5.6. Somado a isso, acrescenta-se o fato de que o consórcio entre diversas empresas pode prejudicar a estratégia de comunicação do Ministério, tendo em vista as possíveis divergências de posicionamento de cada uma na execução de um mesmo serviço.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de diversos serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de comunicação, envolvendo os serviços de apoio ao atendimento à imprensa, fotografia, produção de conteúdo jornalístico e audiovisual e *monitoramento e análise das Redes Sociais e outras mídias digitais*.

3.2. Os serviços especificados e estimados têm o propósito de apoiar as atividades gerenciais e executivas da Assessoria de Comunicação Social do MEC, por meio da oferta de produtos que permitem auxiliar a execução das atividades, de adoção de estratégias e decisões para a implementação dos processos e de projetos do órgão. Ainda, buscam o fornecimento de ferramentas que proporcionem uma operacionalização efetiva, com a otimização das atividades para o atendimento das demandas.

3.3. Os serviços contratados darão suporte à comunicação do MEC, considerando a inconstância dos acontecimentos, a rotina do órgão de acordo com as agendas do Ministério, de suas Secretarias e Subsecretarias, necessidades de coberturas de eventos, entre outros. Sendo assim, e conforme já mencionado, os quantitativos propostos deverão ser executados à medida da necessidade e conveniência que o contexto demande.

3.4. A contratação dos diversos produtos e serviços visam auxiliar e subsidiar a tomada de decisão e a implementação das ações do Ministério da Educação, cujos direcionamentos e política de comunicação é de definição da contratante.

4. A CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do **tipo menor preço global por grupo/item**, na forma de execução indireta e regime de empreitada por preço unitário.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

5.1.1.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela execução da prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de comunicação, envolvendo os serviços de apoio ao atendimento à imprensa, fotografia, produção de conteúdo jornalístico e audiovisual e monitoramento e análise das Redes Sociais e outras mídias digitais, conforme demanda do MEC.

5.1.1.2. Os serviços objeto desta contratação serão realizados na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, ou seja, quando se contrata a execução de serviço por preço certo de unidades determinadas, conforme art. 6º, inc. VIII, da Lei nº 8.666/1993. Tal regime de execução se dá pela impossibilidade de prever com exatidão os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Sendo assim, os quantitativos estabelecidos nos documentos que irão compor o instrumento convocatório são meramente estimativos, devendo ser executados à medida da necessidade e conveniência do Ministério da Educação, respeitado o valor contratual fixado.

5.1.1.3. Para a presente contratação é prevista a utilização de produtos e serviços previamente estabelecidos, especificados e estimados, a serem executados sob demanda, pois é o modelo que melhor atende às necessidades do Ministério da Educação, bem como está alinhado às últimas decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União.

5.2. Serviço continuado ou não:

5.2.1. Trata-se da prestação de serviços de natureza contínua, por demanda, indispensáveis ao cumprimento da atividade-fim, competência e missão institucional do Ministério da Educação.

5.2.2. A Instrução Normativa nº. 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seu art. 15º estabelece que os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, conforme dispõe o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

5.2.3. Além da necessidade permanente, requisito flexibilizado pela Instrução Normativa nº. 05/2017 – MPOG, também podem ser considerados contínuos os serviços que, na ocorrência de soluções de continuidade, paralise ou retardem as atividades da Administração, de sorte a comprometer a correspondente função do órgão ou entidade.

5.2.4. De igual modo, dependendo do bem ou serviço pretendido, torna-se conveniente, em razão dos custos envolvidos na sua contratação, um dimensionamento maior do prazo contratual com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, de que cabe citar, por exemplo, evitar custos administrativos desnecessários com contratações rotineiras.

5.2.5. A contratação dos serviços em tela possui natureza continuada por serem necessários ao MEC para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades finalísticas bem como ao seu suporte. Dessa forma, para que não haja dispêndios de tempo e recurso humano empregado na instrução processual de nova contratação quando do fim do contrato ora desejado, resta por configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro.

5.2.6. É dever da Administração a publicidade de seus atos, conforme art. 37, caput, da Constituição Federal. Desse dever decorre a obrigação de observância ao princípio da transparência. Seu cumprimento pode se dar por diversas formas, tais como canais diretos de comunicação, a exemplo do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, ou por veículos diversos que reproduzem e repercutem à sociedade as informações e dados repassados pelos órgãos e entidades públicos. Os serviços de comunicação são imprescindíveis para o atendimento e prestação de informações à mídia e conseqüentemente à população, visando ao cumprimento da publicidade, transparência e *accountability* (prestação de contas) pelo Ministério da Educação.

5.2.7. A transparência pública tem um papel que vai além do combate à corrupção. Permite a contribuição tempestiva da sociedade no fornecimento de elementos que viabilizam a eficiência e efetividade do Estado, desenvolvendo uma cultura de gestão integrada e incentivando melhores políticas e programas de governo.

5.2.8. Assim, a descontinuidade da prestação do serviço pode comprometer a capacidade especializada de condução sistêmica da comunicação institucional. Como consequência, a capacidade de atuação da Assessoria de Comunicação Social do Ministério ficaria reduzida, possibilitando perdas com relação ao valor agregado das informações, à influência e interlocução do órgão com seu público de interesse e às respostas

aos veículos noticiosos que difundem a visão do governo, da influência e da interlocução com todos os públicos de interesse do MEC.

5.2.9. Dessa forma, entende-se que os serviços em tela possuem natureza continuada, uma vez que estão voltados para o funcionamento das rotinas de comunicação social, sendo necessários ao Ministério da Educação para o desempenho de suas atribuições, e estão alinhados aos objetivos propostos do órgão. Por esta razão, a interrupção desses serviços pode comprometer a continuidade e desempenho das atividades finalísticas do Ministério, em especial no que tange à prestação de informações à população. Assim, evitando o dispêndio de tempo e recurso humano empregado na instrução processual de nova contratação, quando do fim da vigência do contrato ora pretendido, resta configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro, na forma do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

5.3. Critérios e práticas de acessibilidade e sustentabilidade:

5.3.1. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

5.3.2. Os critérios para a promoção de acessibilidade constam na Lei 10.098/2000, cujo cumprimento orienta-se pela Norma Técnica ABNT NBR nº 9050.

5.3.3. Os critérios para a promoção de acessibilidade, não excluem qualquer outra determinação legal acerca do tema, quer seja complementar, suplementar, superveniente ou qualquer outra que se aplique ao caso concreto.

5.3.4. O(s) serviço(s) deverá(ão) respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos.

5.3.5. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7.746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”.

Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6º - São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos”.

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6: Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos).

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de três de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30

de junho de 1999.

Parágrafo único. “O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente”.

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:

Art. 4º, São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, e;

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Lei nº 12.305/10, de 2 de agosto de 2010:

Art. 6º, São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - A prevenção e a precaução;

II - O poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - A visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde

pública;

IV - O desenvolvimento sustentável;

V - A ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - O respeito às diversidades locais e regionais;

X - O direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - A razoabilidade e a proporcionalidade.

5.3.6. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos serviços, observando, no que for cabível, o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

5.3.7. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

5.4. Duração inicial do contrato:

5.4.1. O contrato, com suas estimativas anuais não cumulativas, deverá ter duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no interesse da Administração e mediante acordo entre as partes, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, observado o limite de 60 meses.

5.4.2. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

5.4.2.1. Ao término do contrato, seja por decurso de vigência, suspensão ou cancelamento, promover a transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou da nova pessoa jurídica que conti nuará a execução dos serviços.

5.4.2.2. Aos 90 (noventa) dias antes da data do efetivo término do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE toda a assistência a fim de que os serviços continuem sendo prestados sem interrupção, degradação ou efeito adverso para que haja uma transferência ordenada dos serviços para o CONTRATANTE ou ao delegado por este;

5.4.2.3. A falta de transferência de conhecimento caracterizará infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente.

5.4.2.4. A CONTRATADA deverá participar de todas as reuniões marcadas pelo CONTRATANTE relacionadas à transição contratual, assim como deverá atender a todas as solicitações do CONTRATANTE, referentes à execução contratual, à documentação e demais informações relevantes.

5.4.2.5. A CONTRATADA compromete-se a fornecer ao CONTRATANTE toda a documentação e base de dados relativa à prestação dos serviços que esteja em sua posse.

5.4.2.6. A CONTRATADA deverá participar, em conjunto com o CONTRATANTE, sob sua solicitação, da elaboração do Plano de Transferência do Conhecimento.

5.5. Soluções de Mercado:

5.5.1. No mercado há diversas empresas que prestam serviços correlatos aos pretendidos. Por sua própria natureza dinâmica e inovadora, que precisa acompanhar as novas tecnologias e tendências, a lista de serviços/produtos de comunicação não se exaure, abrangendo atividades como diagnóstico de oportunidades de relacionamento com jornalistas, desenvolvimento de ações de assessoria de imprensa, produção e redação e criação de conteúdo para divulgação, planejamento de comunicação, gerenciamento de crises, produção de diagnósticos de exposição e imagem, entre muitos outros.

5.5.2. Visando verificar as soluções de mercado, foi realizada pesquisa com órgãos da Administração Pública, observando os requisitos similares aos ora pretendidos, conforme detalhamento constante em Estudos Preliminares da contratação.

5.5.3. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

6.1. As atividades dar-se-à diretamente pela CONTRATADA de acordo com a necessidade e objetivos do MEC, nas dependências do Ministério da Educação, localizada em Brasília-DF, sendo o endereço principal da execução dos serviços na Esplanada dos Ministérios Bloco “L” – Edifício Sede, Anexo I, CEP: 70047-900, assim como nas instalações e/ou em locais definidos pela CONTRATADA se assim for solicitado.

6.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá realizar vistoria nas possíveis instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2022-7103, devendo sua realização ser comprovada por:

a) Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

6.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura sessão pública.

6.4. Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Em decorrência da flexibilidade exigida e das características de dinamismo inerentes a essas atividades, a prestação dos serviços descritos no subitem 1.1 se dará diretamente pela CONTRATADA em suas dependências, nas dependências do CONTRATANTE, em outras unidades da federação, ou em outro local, de acordo com a necessidade, interesse e conveniência do MEC, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços e atuar como fornecedores de matéria prima básica para os meios de comunicação, conforme especificado na Ordem de Serviço.

7.2. A execução dar-se-á por meio de prestação de serviços e fornecimento de produtos, demandados previamente pelo CONTRATANTE, via Ordem de Serviço (OS), conforme especificações definidas neste Termo de Referência, ressaltando-se que os quantitativos descritos são estimados à luz da necessidade identificada.

7.3. Os serviços que deverão ser prestados sob demanda, deverão observar o período e itens especificados em Ordem de Serviço própria, a ser emitida pelo MEC, a depender da necessidade da administração, desde que a demanda esteja de acordo com o objeto do contrato.

7.4. A ordem de serviço poderá apresentar quantitativo estimativo mensal, estando o pagamento da nota fiscal/fatura sujeito à análise da entrega e necessidade efetiva dos itens.

7.5. A solicitação dos serviços sob demanda seguirá o seguinte rito:

7.5.1. Para solicitação dos serviços, sob demanda, o fiscal setorial, conjuntamente com o gestor/fiscal técnico do contrato, reunir-se-á com a CONTRATADA periodicamente, de modo a proceder o planejamento da demanda.

7.5.2. Após a fase de planejamento, o fiscal setorial emitirá a Ordem de Serviço, conforme modelo constante no ENCARTE "E" deste TR, contendo especificações, quantidades estimadas, subsídios para produção, tais como briefing, quando necessários, e prazo para a prestação do serviço.

7.5.3. Quando verificada a necessidade no decorrer do mês de prestação do serviço, o fiscal poderá emitir, a qualquer tempo, Ordem de Serviço para solicitação de serviço em quantidade definida, informando ainda as especificações subsídios para produção, tais como briefing, quando necessários, e prazo para a prestação do serviço.

7.6. O não cumprimento dos prazos pela CONTRATADA importará em aplicação de sanções administrativas.

7.7. Para a execução, a CONTRATADA deverá possuir estrutura administrativa habilitada, quantitativo suficiente de profissionais que deverão estar disponíveis para a execução dos produtos e serviços, objeto da contratação.

7.8. A critério do CONTRATANTE poderá, eventualmente, haver serviços que requeiram o deslocamento de profissionais para executarem atividades em outras localidades. Neste caso as passagens e/ou o deslocamento será custeado pelo CONTRATANTE. Nessa hipótese, a empresa proverá os meios de deslocamento, hospedagem e alimentação dos profissionais técnicos designados para viajar, sendo que estes custos já deverão estar embutidos na proposta da CONTRATADA.

7.8.1. Os deslocamentos de profissionais a serviço deverão estar previstos em Ordem de Serviço, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE.

7.8.2. As despesas decorrentes do deslocamento em território nacional serão previamente orçadas e sua realização dependerá de expressa autorização do fiscal do contrato no MEC.

7.8.3. A CONTRATADA proverá os meios de deslocamento, hospedagem e diária para alimentação dos técnicos designados, sendo reembolsada pelo Ministério da Educação, pelo valor bruto e sem incidência de honorários e impostos até o limite previsto no ENCARTE -"A.1" do TR, mediante prestação de contas e apresentação de recibo, com a descrição pormenorizada dos serviços com os devidos comprovantes anexados. As despesas daí decorrentes serão pagas pelo CONTRATANTE da mesma forma como as despesas pela realização de produtos/serviços, segundo a tabela própria da proposta de preços, que faz parte integrante do presente Termo Referência (ENCARTE "A.1"), mediante comprovação da viagem de cada profissional destacado.

7.8.4. A quantidade de deslocamentos está estimada no equivalente a 50 (cinquenta) passagens e 100 (cem) diárias, por ano; sendo 25 (vinte e cinco) passagens e 50 (cinquenta) diárias **para o item 1, do Grupo 1 (Atendimento de demandas de veículos de comunicação)**, e 25 (vinte e cinco) passagens e 50 (cinquenta) diária, **para o item 7, do Grupo 2 (Produção Fotográfica)**, conforme previsto no ENCARTE "A.1" do Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Nos termos do item 2.6 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº05/2017, demonstramos a seguir algumas definições para fins de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.

8.2. **Definição dos atores que participarão da gestão do contrato:** o contrato será gerido e fiscalizado pela Assessoria de Comunicação Social e pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos.

8.3. **Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o MEC e a prestadora de serviços:** telefone, e-mail ou ainda ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

8.4. **Definição da forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:**

8.4.1. Os critérios de adequação do serviço à qualidade esperada são:

a) Conteúdo produzido em conformidade com as normas da Língua Portuguesa e com os padrões de redação de textos jornalísticos;

b) Geração de registro escrito do serviço realizado (texto produzido, registro de atendimentos à imprensa, mensagem relativa a envio de release para *mailing list* em sistema informatizado, entre outros);

c) Atendimento dos quantitativos solicitados na Ordem de Serviço e efetivamente prestados de acordo com a unidade de medida de cada item;

d) Cumprimento do prazo de entrega;

e) Indicadores do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constantes no ENCARTE "B" deste Termo de Referência.

8.5. **Definição dos demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a**

prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços, quando couber: fiscalização rotineira, verificação de relatórios e dos indicadores do Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

8.6. **Definição do método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório:** fiscalização dos serviços prestados e conferência dos relatórios, aplicando o IMR.

8.7. **Definição do método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo:** fiscalização dos serviços prestados e conferência dos relatórios, aplicando o IMR.

8.8. **Definição do procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução:** fiscalização e verificação de relatório para fins de pagamentos.

8.9. **Definição de uma lista de verificação para os aceites provisório e definitivo, a serem**

usadas durante a fiscalização do contrato, se for o caso: os aceites provisórios e definitivos serão realizados com base na verificação do atendimento dos itens solicitados na Ordem de Serviço.

8.10. Definição das sanções e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação: previsão contida no item 21 - Sanções Administrativas, deste Termo de Referência.

8.11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.11.1. Durante a vigência do contrato, o MEC adotará o Instrumento de Medição de Resultados

(IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

8.11.2. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) define em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Assim, o objetivo do IMR é garantir a qualidade dos serviços prestados, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais instrumentos contratuais.

8.11.3. A execução contratual que não atinja a efetividade esperada importará em pagamento proporcional ao realizado, podendo resultar em aplicação de sanção, sem prejuízo de possível rescisão do contrato, na forma prevista em lei.

8.11.4. A metodologia adotada para verificação será a constante no ENCARTE "A" deste Termo de Referência.

8.11.5. Os Indicadores de desempenho dos Instrumentos de Medição de Resultado do objeto deste Termo de Referência poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas através de Termo Aditivo de contrato.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. As quantidades anuais dos produtos e serviços, a serem realizados sob demanda, representam apenas estimativas e serão executadas à medida da necessidade e conveniência do CONTRATANTE.

9.1.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.2. Atendimento de Demandas de Veículos de Comunicação

9.2.1. **Unidade: pacotes com 100 atendimentos**

9.2.2. **Quantidade anual: 88 pacotes**

9.2.3. **Quantidade mínima mensal: 5 pacotes**

9.2.4. **Especificações:** Produção e envio de *press-releases*, notas, *press kits*, artigos, respostas e outros conteúdos, elaborados por meio de consulta a fontes, visando atender demandas de veículos de comunicação recebidas pela CONTRATADA diretamente, sob supervisão do contratante, por meio de contato telefônico, e-mail, presencialmente ou outros meios hábeis para recebimento de demandas ou repassadas à CONTRATADA pelo CONTRATANTE.

9.2.5. O Atendimento será ativo e reativo de demandas da imprensa nacional sobre as ações e programas do Ministério da Educação, com o objetivo de ampliar e qualificar a exposição positiva do órgão e seus principais porta-vozes e minimizar a repercussão de assuntos que impactem negativamente a imagem do Ministério da Educação na imprensa nacional, regional e internacional, sob a supervisão do CONTRATANTE.

9.2.6 O serviço poderá ter caráter continuado, com previsão de demanda diária, sendo que, ao fim de cada mês, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório descritivo dos atendimentos realizados, contendo data, nome do jornalista, veículo, contato e status do atendimento.

9.2.7. O atendimento será para as áreas de atuação do Ministério da Educação, ligadas às suas atividades finalísticas, podendo ser acrescidas unidades de acordo com as necessidades do Ministério, além de questões específicas do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva.

9.2.8. O atendimento envolve as etapas de apuração, pesquisa e revisão da resposta aos veículos de comunicação demandantes e à formadores de opinião, além da elaboração de textos jornalísticos e matérias para uso nos canais próprios, bem como edição geral e editorial de textos de atendimento à imprensa, sob a supervisão e conforme diretrizes definidas pelo CONTRATANTE, agendamento de entrevistas e pesquisa de informações, para divulgação junto à imprensa, quando for necessário, após avaliação do contratante.

9.2.9. Além disso, envolve o relacionamento com a imprensa em diferentes mídias, online e off-line, rádio e TV, influenciadores e públicos de interesse alinhado ao conceito e objetivos nas áreas de atuação do MEC e o monitoramento sobre temas afetos à imagem e à reputação do contratante, que possam gerar tanto crises como oportunidades as áreas de atuação do Ministério, sob a supervisão do CONTRATANTE.

9.2.10. O atendimento às demandas da imprensa deverá observar o cumprimento do prazo solicitado pelos veículos de comunicação e o alinhamento das respostas ao posicionamento estratégico, ao discurso institucional e às mensagens-chave do Ministério, conforme diretrizes e supervisão do CONTRATANTE.

9.2.11. O atendimento deverá ser realizado no prazo máximo de 1h quando a produção de resposta não depender de consultas a unidades ou fontes externas à ACS/MEC.

9.2.12. Quando a resposta depender de consultas ou aprovação externa, a realização da consulta ou a solicitação de aprovação deverá ser realizada no prazo máximo de 3h a contar do recebimento da demanda.

9.2.13. O prazo de atendimento ou consulta poderá ser dilatado mediante aprovação do fiscal ou servidor por ele indicado, devendo tal circunstância constar do relatório de prestação de contas.

9.2.14. A prestação dos serviços dar-se-á diretamente pela CONTRATADA de acordo com as necessidades e objetivos MEC, nas dependências do MEC, em Brasília-DF, em outras unidades da federação, na sede da empresa ou em suas subsidiárias, conforme o interesse e conveniência do MEC, com vista a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços.

9.2.15. A critério do CONTRATANTE poderá, eventualmente, haver serviços que requeiram o deslocamento de profissionais para executarem atividades em outras localidades. Neste caso as passagens e/ou o deslocamento será custeado pelo CONTRATANTE.

9.2.15.1. Os deslocamentos de profissionais a serviço deverão estar previstos em Ordem de Serviço, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE. As despesas daí decorrentes serão pagas pelo CONTRATANTE da mesma forma como as despesas permanentes. A CONTRATADA proverá os meios de deslocamento, hospedagem e diária para alimentação dos técnicos designados, sendo reembolsada pelo Ministério da Educação, pelo valor bruto e sem incidência de honorários e impostos, mediante prestação de contas e apresentação de recibo, com a descrição pormenorizada dos serviços com os devidos comprovantes anexados.

9.2.16. A natureza dos serviços de comunicação exige que o atendimento ocorra de forma tempestiva, seja no atendimento a demandas de imprensa; na elaboração, disponibilização e divulgação de conteúdo produzido a partir de cobertura de eventos/reuniões ou de outras fontes. Ainda que boa parte dos eventos do MEC possua caráter de previsibilidade, é fato que existem situações nas quais a presença do profissional de comunicação é necessária, mas que não podem ser antecipadas pela Administração.

9.2.17. Os serviços de atendimento aos veículos de comunicação serão solicitados à CONTRATADA, por escrito, mediante Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE, contendo a data e a hora de sua expedição, podendo ser encaminhada via e-mail ou outro meio de comunicação, tal como *WhatsApp*.

9.2.18. As atividades que demandam qualquer tipo de serviço que possam gerar impacto no funcionamento do órgão e/ou de seus sistemas deverão ser executadas prioritariamente fora do horário normal de expediente. Sendo que, todo e qualquer serviço eventualmente executado fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, seja no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do CONTRATANTE, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores devidos à contratada.

9.2.19. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, sem ônus adicional, plantão de atendimento disponível aos fins de para atender a demandas dos veículos de comunicação – cumprindo a empresa prover os canais de acesso adequados de modo a atender tal requisito de disponibilidade.

9.2.20. Dentre as atividades realizadas para o atendimento aos veículos de comunicação estão:

- Apoio na avaliação e análise de cenários e tendências para orientação da comunicação do MEC, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio à assessoria de imprensa e de relações institucionais, , sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio na interação com jornalistas e públicos de relacionamento, sob demanda, para apresentação de pautas e promoção de divulgação institucional, , sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio na produção de textos jornalísticos para serem oferecidos a veículos de comunicação nacionais e estrangeiros, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Produção e distribuição de *press-releases*, notas e outros conteúdos de interesse do MEC, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Acompanhamento, sob demanda, de porta-vozes em eventos diversos em que haja presença de jornalistas, , sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Preparação prévia das fontes oficiais para contato com jornalistas (perguntas e respostas), sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Redação de *position-papers* a respeito de temas de alta complexidade e de grande relevância institucional, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Cobertura de eventos/reuniões de maior complexidade e produção de conteúdo para divulgação, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio para a elaboração e revisão de textos jornalísticos ou institucionais direcionados ao público interno ou externo, a partir de cobertura de eventos ou reuniões, realizados na sede do MEC em Brasília-DF, em outras unidades da federação, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio no planejamento e organização de coletivas para a imprensa, , sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Atendimento à demanda de jornalistas e divulgação de informações, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio na realização de diagnósticos para apontar oportunidades de estratégias de comunicação do MEC, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio na identificação de situações de risco, desenvolvimento de ações de prevenção e atuação no gerenciamento de eventuais crises que possam afetar a imagem do MEC, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Análise de notícias divulgadas na imprensa, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio no acompanhamento, sob demanda, de entrevistas concedidas por autoridades, dirigentes e servidores do MEC, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Redação de *position-papers* a respeito de temas de relevância do MEC, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Revisão e edição de textos jornalísticos e edição de artigos para serem oferecidos pela ACS/MEC a veículos de comunicação nacionais e estrangeiros, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Realização, sob demanda, de entrevistas com autoridades, servidores e/ou públicos de relacionamento, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio na cobertura, sob demanda, de eventos institucionais com produção de conteúdo para canais diversos, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Elaboração de textos resumidos de cunho jornalístico e institucional para inserção em mídias sociais, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio em ações de comunicação relativas a diagnósticos de oportunidades de divulgação e/ou contenção de crises de imagem, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Apoio na criação e atualização de mailing list de imprensa, sob a supervisão do CONTRATANTE;
- Compilação de informações e tabulação de dados para relatórios de atividades, entre outras, sob a supervisão do CONTRATANTE.

9.2.23. Além do relatório mensal, a CONTRATADA deverá enviar relatório diário, por e-mail ou outra forma solicitada pelo CONTRATANTE, contendo publicações (notas, artigos, reportagens, etc.), demandas recebidas com respectivos status de atendimento (respondida, em apuração, em avaliação, etc.), veículo solicitante (repórter, contato telefônico e e-mail), resposta enviada e outras informações que o contratante achar pertinentes.

9.2.24. Não haverá vínculo de qualquer natureza nem relação de subordinação entre os profissionais e o CONTRATANTE.

9.3. Reportagem em vídeo (Vídeo Release)

9.3.1. Unidade: Vídeo

9.3.2. Quantidade anual: 515

9.3.3. Quantidade mensal: sob demanda

9.3.4. Especificações:

9.3.5. Duração de até 3'30" (três minutos e trinta segundos), elaborado a partir de um briefing e pauta previamente aprovados.

9.3.6. Videoreportagem e/ou vídeo boletim/informativo elaborados a partir de briefing e pauta previamente aprovados pelo CONTRATANTE. A edição do material bruto é feita a partir de roteiro criado pela CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE para a realização do vídeo, caso necessário, os vídeos poderão conter legendas em português. Os personagens e profissionais envolvidos na elaboração do produto devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral em arquivo texto.

9.3.7. Os serviços de vídeo-releases para televisão, canais web e portal MEC, consistem na pesquisa sobre o tema, desenvolvimento da pauta, redação de matéria, produção de conteúdo, roteirização, captação de imagens, captação de sonoras e de passagem, gravação de "off", edição, tratamento visual, gravação em estúdio externa ou interna, direção de arte, criação e trilhas, vinhetas e efeitos, e finalização das matérias, bem como a disponibilidade de serviços profissionais especializados de televisão e, quando for o caso, animações, infográficos e ilustrações por meio de computação gráfica.

9.3.8. O custo deve prever a equipe técnica necessária para produção, diretor, repórter, operador de câmera, equipamentos, pós-produção (arte, edição, sonorização, legendagem), locução e trilha comprada ou composta.

9.3.9. Deverá ser entregue arquivos de vídeo em alta resolução (HD) para uso em TV e internet, acompanhado de documentação comprovando a cessão de direitos autorais e uso de imagem em arquivo digitalizado.

9.3.10. Os arquivos devem ser entregues ao CONTRATANTE em material bruto (para permitir edição posterior) e arquivo fechado.

9.3.11. O vídeo deverá ser entregue no prazo de até 5h a contar da aprovação da pauta.

9.3.12. Todas as informações obtidas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar seus representantes e empregados pela manutenção do sigilo de informações e documentos, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados;

9.3.13 - Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade do órgão, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos pela CONTRATADA sem expressa autorização do CONTRATANTE.

9.3.14. Os serviços serão executados sob demanda, mediante preenchimento de Ordem de Serviço (O.S.) emitida pelo CONTRATANTE, contendo a data e a hora de sua expedição, indicação do produto a ser entregue(s), podendo ser a O.S. encaminhada via e-mail ou outro meio de comunicação, tal como *WhatsApp*.

9.3.15. A prestação dos serviços dar-se-á diretamente pela CONTRATADA de acordo com as necessidades e objetivos MEC, nas dependências do MEC, em Brasília-DF, em outras unidades da federação, na sede da empresa ou em suas subsidiárias, conforme o interesse e conveniência do MEC, com vista a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços.

9.3.16. Este produto não ensejará qualquer pagamento extra (diárias e passagens) oriundo de eventual descolamento da empresa para sua criação/produção.

9.3.17. Ao fim de cada mês, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório descritivo dos vídeo-releases, ficha técnica e outras informações que o CONTRATANTE achar pertinentes.

9.3.18. Não haverá vínculo de qualquer natureza nem relação de subordinação entre os profissionais e o CONTRATANTE.

9.4. Áudio Release

9.4.1. **Unidade: Áudio**

9.4.2. **Quantidade anual: 449**

9.4.3. **Quantidade mensal: sob demanda**

9.4.4. **Especificações:**

9.4.5. Captação e edição de áudio, a partir de briefing e pauta previamente aprovados, com duração de até 3' (três minutos).

9.4.6. O áudio poderá ser disponibilizado na internet ou enviado para emissoras de rádio.

9.4.7. O custo deve prever repórter, equipe técnica, equipamentos de gravação de áudio e ferramenta de distribuição.

9.4.8. O áudio deverá ser entregue no prazo de até 3h a contar da aprovação da pauta.

9.4.9. O transporte de documentos entre as dependências do CONTRATANTE e da CONTRATADA, quando necessário, será feito pela CONTRATADA, que assumirá todo o ônus e responsabilidade inerentes ao ato.

9.4.10. Os serviços serão executados sob demanda, mediante preenchimento de Ordem de Serviço (O.S.) emitida pelo contratante, contendo a data e a hora de sua expedição, indicação do produto a ser entregue(s), podendo ser a O.S. encaminhada via e-mail ou outro meio de comunicação, tal como *WhatsApp*.

9.4.11. A prestação dos serviços dar-se-á diretamente pela CONTRATADA de acordo com as necessidades e objetivos MEC, nas dependências do MEC, em Brasília-DF, em outras unidades da federação, na sede da empresa ou em suas subsidiárias, conforme o interesse e conveniência do MEC, com vista a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços.

9.4.12. Este produto não ensejará qualquer pagamento extra (diárias e passagens) oriundo de eventual descolamento da empresa para sua criação/produção.

9.4.13. Além do relatório mensal, a CONTRATADA deverá enviar relatório diário, por e-mail ou outra forma solicitada pelo contratante, contendo os áudio-releases disponibilizados e/ou enviados.

9.4.14. Ao fim de cada mês, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório descritivo dos áudio-releases, contendo ficha técnica, quantidade de downloads, rádios que veicularam o conteúdo e outras informações que o contratante achar pertinentes.

9.4.15. Não haverá vínculo de qualquer natureza nem relação de subordinação entre os profissionais e o CONTRATANTE.

9.5 Elaboração de texto jornalístico em língua portuguesa

9.5.1. **Unidade: Lauda**

9.5.2. **Quantidade anual: 1200**

9.5.3. **Quantidade mensal: sob demanda**

9.5.4. **Especificações:**

9.5.5. Elaboração/produção e revisão de textos jornalísticos e institucionais direcionados ao público interno ou externo, sob supervisão e conforme diretrizes do CONTRATANTE.

9.5.6. O texto será elaborado a partir de consultas a fontes oficiais (autoridades e/ou técnicos de órgãos públicos nas diversas esferas e poderes), representantes do setor privado, especialistas, relatórios e outros documentos governamentais, livros, websites, estudos acadêmicos, publicações de entidades setoriais, pesquisas estatísticas e outros conteúdos e publicações impressos ou eletrônicos, sob supervisão do CONTRATANTE.

9.5.7. Entende-se como lauda a medida de texto de até 25 linhas, com 70 toques cada ou 1750 caracteres com espaços (lauda jornalística).

9.5.8. O texto de até 3 laudas deverá ser entregue no prazo de 24h, acrescentando-se 1h a esse prazo a cada lauda produzida até o limite de 72h para entrega do produto.

9.5.9. Será de responsabilidade da CONTRATADA a alocação e operação, sob demanda, de todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos para a elaboração/produção e revisão de textos jornalísticos e institucionais direcionados ao público interno ou externo.

9.5.10. Não haverá vínculo de qualquer natureza nem relação de subordinação entre os profissionais e o CONTRATANTE.

9.5.11. Os serviços serão executados sob demanda, mediante preenchimento de Ordem de Serviço (O.S.) emitida pelo contratante, contendo a data e a hora de sua expedição, indicação do produto a ser entregue(s), podendo ser a O.S. encaminhada via e-mail ou outro meio de comunicação, tal como *WhatsApp*.

9.5.12. A prestação dos serviços dar-se-á diretamente pela CONTRATADA de acordo com as necessidades e objetivos MEC, nas dependências do MEC, em Brasília-DF, em outras unidades da federação, na sede da empresa ou em suas subsidiárias, conforme o interesse e conveniência do MEC, com vista a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços.

9.5.13. Este produto não ensejará qualquer pagamento extra (diárias e passagens) oriundo de eventual descolamento da empresa para sua criação/produção.

9.5.14. Além do relatório mensal, a CONTRATADA deverá enviar relatório diário, por e-mail ou outra forma solicitada pelo CONTRATANTE, contendo a indicação dos textos elaborados e publicados.

9.5.15. Ao fim de cada mês, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório descritivo dos textos elaborados e outras informações que o CONTRATANTE achar pertinentes.

9.6. Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais

9.6.1. **Unidade: Posts**

9.6.2. **Quantidade anual: 3810**

9.6.3. **Quantidade mensal: sob demanda**

9.6.4. **Especificações:**

9.6.5. Produção e publicação de textos e posts para ambientes digitais, tais como mídias sociais, blogs, portais, intranet (*intramec*), *WhatsApp*, entre outros, a partir de pauta previamente aprovada. Envolve a criação do texto, edição de vídeos e imagens, tagueamento, além da inserção de links.

9.6.6. Sob demanda, a CONTRATADA deverá produzir conteúdo (*posts*) para as mídias sociais oficiais do CONTRATANTE a partir de briefing previamente definido e aprovados.

9.6.7. A produção de conteúdo pode envolver criação, edição e revisão de texto, layout, ilustração, diagramação, infográficos, gráficos e tabelas, animação, vídeo, aquisição, tratamento de fotos e edição de imagem (foto e vídeo). As fotos e imagens poderão ser solicitadas da contratada ou fornecidas pelo contratante. Além disso, as atividades poderão compreender trabalhos de preparação de campanhas institucionais e campanhas de divulgação, tais como cartazes, pastas e folders e outros produtos editoriais.

9.6.8. Os conteúdos audiovisuais poderão ser requeridos pelo CONTRATANTE nos formatos discriminados abaixo e poderão ser utilizados sem qualquer custo ou ônus, em quaisquer dos seus canais proprietários, que podem ser, além dos perfis oficiais em redes sociais (Facebook, Twitter, Youtube, Instagram e outras que se tornarem oportunas), o seu portal na internet e a sua intranet (*intramec*):

- **Cards, gifs e imagens** – Sob demanda, com previsão estimada de demanda mensal mínima de 100 (cem) cards e imagens, a contratada deverá produzir cards e imagens em formatos adequados às redes sociais e demais canais indicado pelo contratante, estipulados por briefing. Os cards serão compostos de textos e/ou imagens (fotos ou vetorizadas), também de acordo com o briefing, e entregues ao contratante em arquivo aberto e arquivo fechado. Também poderão ser solicitados, dentro do número mensal estipulado neste item, cards animados, em formato gif.
- **Infográficos estáticos ou dinâmicos** – Sob demanda, com previsão estimada de demanda mensal mínima de 10 (dez) infográficos por mês, em formatos adequados às redes sociais e demais canais indicados pelo contratante, estipulados por briefing. Os infográficos serão compostos de textos e ilustrações que apresentem/expliquem informações e dados de maneira facilitada e atrativa visualmente, devendo ser entregues ao contratante em arquivo aberto e fechado.
- **Vídeosweb** – Sob demanda, com previsão estimada de demanda mensal mínima de 25 (vinte e cinco) vídeos por mês, assim divididos e entendidos:
 - 20 (vinte) vídeos depoimento, vídeo especial e/ou vídeo poemas, estimados por mês , elaborado a partir de um briefing e pauta previamente aprovados, com duração de até 5' (cinco minutos), sendo entendido como tal o vídeo para captação de um ou mais depoimentos sobre tema específico em locação a ser indicada. A edição do material bruto é feita a partir de um roteiro. Os envolvidos devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral em arquivo texto, sob responsabilidade da contratada. Se necessário, os vídeos deverão ser legendados em português e/ou inglês. O custo deve prever produção, repórter, equipe técnica, equipamentos, pós-produção (arte, edição, sonorização, legendagem), locução e trilha sonora comprada ou composta. Deverão ser entregues arquivos de vídeo em alta resolução (HD) para uso em TV, internet e intranet, acompanhados de documentação comprovando a cessão de direitos autorais e uso de imagem em arquivo digitalizado. Todo o material finalizado, bem como todo o material bruto adaptado devem ser entregues ao contratante (para permitir edição posterior).
 - 5 (cinco) vídeos de animação estimados por mês, com duração de até 3' (três minutos), em técnicas 2D ou stop motion ou 3D em HTML5 ou animação em flash (áudio e/ou vídeo embedado), com roteiro, sons, trilha sonora, e, quando for o caso, imagens, infográficos e ilustrações, conforme demanda e elaborados a partir de briefing e roteiro previamente aprovados. Os envolvidos devem ceder o uso de direito autoral em arquivo texto, sob responsabilidade da contratada. Será necessário legendar os vídeos em português. O custo deve prever roteirista, diretor, editor, diretor de arte, animação/computação gráfica, sonorização. Os arquivos devem ser entregues ao contratante em material bruto (para permitir edição posterior) e em arquivo editado fechado.
- **Podcasts** – Sob demanda, com previsão estimativa de demanda mensal mínima de gravação e edição de 12 (doze) áudios por mês para *podcast*, de até 9' (nove minutos) de duração, elaborados a partir de briefing e roteiro previamente aprovados.

9.6.9. As propostas deverão ser apresentadas contemplando todos os custos e tributos envolvidos e o credenciamento dos profissionais da contratada que executarão os serviços, verba de produção, materiais, equipamentos (áudio e vídeo) e programas de computador para edição de áudio, de projetos gráficos e de animações necessários para os serviços.

9.6.10. A CONTRATADA deverá primar pela qualidade dos serviços prestados, não sendo aceitos conteúdos gravados com imagens borradas, cortadas ou desfocadas, imagens ilegíveis, com defeitos ou com conteúdo incompleto; áudios incompreensíveis, com eco ou ruídos.

9.6.11. A critério do CONTRATANTE, o produto audiovisual acabado deverá ser entregue com áudio estéreo e vídeo com resolução HD (1280 x 720 pixels), Full HD (1920 x 1080 pixels) ou ainda 4K (3840 x 2160 pixels). Além disso, dependendo do interesse do CONTRATANTE, os vídeos deverão ser entregues em um dos seguintes formatos: FLV, MOV, MPEG, incluindo MP4, AVI, WMV, H264 ou outro formato que venha a ser desenvolvido durante a vigência do Contrato.

9.6.12. Os entrevistados serão indicados pelo contratante, podendo ser servidores da contratante, público usuário e beneficiário de programas do contratante, autoridades governamentais, especialistas entre outros

definidos pelo CONTRATANTE.

9.6.13. Cards, imagens, infográficos e *podcasts* deverão ser entregues em até 4h da solicitação. No caso de infográfico animado/ilustrações, deverão ser entregues em até 24 horas da solicitação.

9.6.14. Os vídeos deverão ser entregues em até 6h a contar da aprovação do roteiro ou da realização do evento, exceto quando envolver deslocamentos ou gravações fora das unidades da CONTRATADA, situação em que o prazo para entrega será superior, a ser definido pelo fiscal ou servidor por ele indicado.

9.6.15. A CONTRATADA deverá submeter a finalização dos produtos audiovisuais à prévia aprovação do CONTRATANTE.

9.6.16. Todos os produtos gerados pela execução do contrato são de propriedade do CONTRATANTE, fica vedada à contratada qualquer utilização, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material fornecido ou produzido, sem autorização expressa do contratante, sob as penas da lei.

9.6.17. Será de responsabilidade da CONTRATADA a alocação e operação, sob demanda, de todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos para a captação, codificação, transmissão edição. A captação deve incluir o corte de imagens, ajuste de áudio, inserção de vinhetas e também a geração de caracteres por meio eletrônico, caso necessário, e outras informações se fizerem necessárias.

9.6.18. O transporte de documentos entre as dependências do CONTRATANTE e da CONTRATADA, quando necessário, será feito pela CONTRATADA, que assumirá todo o ônus e responsabilidade inerentes ao ato.

9.6.19. O material deverá ser entregue pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o que será comprovado mediante a troca de recibos.

9.6.20. A CONTRATADA também será responsável pelo apoio ao planejamento e roteirização dos conteúdos que serão veiculados, bem como pelos elementos necessários à sua implementação, como identidade visual das matérias.

9.6.21. Os produtos devem ser entregues ao CONTRATANTE, no horário previamente estipulado.

9.6.22. A CONTRATADA deverá obedecer às definições fornecidas pelo CONTRATANTE, no projeto inicial e em suas modificações, incluindo suas diretrizes, política editorial e convenções de produção.

9.6.23. A CONTRATADA manterá o CONTRATANTE informado sobre o andamento dos serviços, indicando o estágio e progresso das atividades e eventuais irregularidades que possam prejudicar sua execução. Ainda, apresentará, previamente, os produtos produzidos, para análise e aprovação do CONTRATANTE.

9.6.24. A CONTRATADA apresentará nova versão dos serviços não aprovados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, com os ajustes e correções solicitados pelo CONTRATANTE.

9.6.25. A CONTRATADA não veiculará, em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades relativas aos serviços a serem executados, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

9.6.26. A CONTRATADA responderá, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços.

9.6.27. Não haverá vínculo de qualquer natureza nem relação de subordinação entre os profissionais e o CONTRATANTE.

9.6.28. Os serviços serão executados sob demanda, mediante preenchimento de Ordem de Serviço (O.S.) emitida pelo CONTRATANTE, contendo a data e a hora de sua expedição, indicação do produto a ser entregue(s), podendo ser a O.S. encaminhada via e-mail ou outro meio de comunicação, tal como *WhatsApp*.

9.6.29. A prestação dos serviços dar-se-á diretamente pela CONTRATADA de acordo com as necessidades e objetivos MEC, nas dependências do MEC, em Brasília-DF, em outras unidades da federação, na sede da empresa ou em suas subsidiárias, conforme o interesse e conveniência do MEC, com vista a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços.

9.6.30. Este produto não ensejará qualquer pagamento extra (diárias e passagens) oriundo de eventual descolamento da empresa para sua criação/produção.

9.6.31. Além do relatório mensal, a CONTRATADA deverá enviar relatório diário, por e-mail ou outra forma solicitada pelo CONTRATANTE, com conteúdos multimídias produzidos e publicados.

9.6.32. Ao fim de cada mês, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório descritivo dos conteúdos multimídias produzidos e publicados, contendo número de interações, curtidas e pessoas alcançadas, além de outras informações que o CONTRATANTE achar pertinentes.

9.7. Item 7 – Produção Fotográfica

9.7.1. Unidade: Serviço mensal

9.7.2. Quantidade anual: 780 saídas anuais

9.7.4. Especificações:

9.7.5. Produção de fotos jornalísticas de eventos institucionais, solenidades, posse, reuniões, autoridades, audiências públicas e outros temas de interesse do MEC, para utilização em mídias *offline* e online, para inserção no Portal MEC, intranet (*intramec*), canais institucionais e demais mídias sociais, com demandas a partir de pauta e/ou briefing.

9.7.6. O serviço envolve a produção mensal de fotos editadas, as quais deverão estar de acordo com a pauta e representar, de forma clara e com apuro estético, a informação, mensagem, evento ou momento relativo ao briefing indicado. As fotos deverão ser entregues tratadas e na resolução indicada no briefing, observando-se a máxima qualidade e mínima compressão.

9.7.7. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

9.7.8. Os profissionais disponibilizados pela CONTRATADA desenvolverão as seguintes atividades: capturar, produzir, editar e registrar atividades de interesse do contratante através de imagens fotográficas; atuar na edição, seleção e distribuição de imagens, organizando o registro fotográfico e o banco de imagens institucional do CONTRATANTE; organizar e catalogar imagens no Flickr ou outros bancos de dados públicos; atender às demandas para a produção de imagens destinadas à edição de material gráfico, além de imagens para inserção no Portal MEC, canais institucionais de comunicação e em mídias sociais.

9.7.9. Os arquivos contendo o material produzido deverão ser disponibilizados imediatamente após a realização de cada evento, mediante upload/download em dispositivo indicado pelo CONTRATANTE. Os arquivos devem ser entregues editados com qualidade de 300 DPI, os quais poderão ser utilizados para gravação/reprodução de imagens.

9.7.10. O material também deverá ser entregue gravado em CD ou DVD, por meio online (compartilhadas por softwares para envio online de arquivos como DropBox, Google Drive, etc.) ou outra mídia a ser aprovada pelo fiscal, em até 3 (três) horas após a execução da cobertura fotográfica.

9.7.11. Os custos dos profissionais, equipamentos e logística envolvidos ficarão por conta da CONTRATADA, que deverá disponibilizar a equipe necessária para a cobertura fotojornalística dos eventos, que poderão ocorrer dentro e fora do horário de expediente do CONTRATANTE, inclusive em fins de semana e feriados ou em outra localidade, conforme pauta definida pelo CONTRATANTE.

9.7.12. A CONTRATADA deverá prover toda a mão de obra necessária para garantir a perfeita execução dos serviços contratados, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, sem qualquer solidariedade do CONTRATANTE, obedecendo às disposições legais trabalhistas vigentes.

9.7.13. Os serviços de cobertura fotográfica deverão ser realizados com equipamento de propriedade da CONTRATADA, composto de câmera fotográfica DSLR (*Digital Single Lens Reflex*) ou Mirrorless, em formato digital RAW e JPEG, sistema de lentes cambiáveis compatíveis com as câmeras utilizadas com distância focal entre 24mm e 300 mm, sistema de flash com número guia de 56 ou maior, tripés para câmeras e peças de iluminação de estúdio com respectivos acessórios compatíveis com o trabalho profissional.

9.7.14. A câmera fotográfica deverá ter resolução mínima de 16 MP (dezesseis megapixels), com unidade de armazenamento de no mínimo 32 GB (gigabite), lentes com o mínimo de 2.8 de abertura máxima do diafragma (2,8f.) e cabo USB para descarregamento nos computadores do CONTRATANTE.

9.7.15. Os serviços de tratamento das fotos são de responsabilidade da CONTRATADA e devem ser feitos com a aplicação de software, atualizado, para tratamento/edição de imagens, específico para fotografias, de

propriedade da contratada, com o fornecimento de mídias CDs/DVDs de qualidade superior, a serem utilizados para gravação/reprodução de imagens.

9.7.16. As fotografias deverão ser tratadas/editadas por meio de softwares apropriados (*Adobe Photoshop, Lightroom* ou outros de mesmo nível técnico ou superior), fornecidos pela CONTRATADA.

9.7.17. Os serviços de cobertura fotográfica serão solicitados à CONTRATADA, por escrito, mediante Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE, contendo a data e a hora de sua expedição, podendo ser encaminhada via e-mail ou outro meio de comunicação, tal como *WhatsApp*.

9.7.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar e-mail e telefone, que contenha o aplicativo *WhatsApp*, para contato e para fins de abertura de Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE e ainda dispor de meio eletrônico para que os arquivos possam ser enviados em grande quantidade via e-mail ou disponibilizados em plataforma de compartilhamento.

9.7.19. Os serviços de cobertura fotográfica deverão seguir padrão de qualidade profissional, em que serão verificados o momento adequado, enquadramento e foco das imagens captadas; a correção das cores, iluminação; e a coerente adequação das imagens registradas à pauta do evento que estiver sendo coberto.

9.7.20. Os direitos de uso dos produtos deverão ser cedidos ao CONTRATANTE.

9.7.21. Os serviços de coberturas fotográficas serão solicitados pelo CONTRATANTE com antecedência mínima de 8 (oito) hora, por meio de Ordem de Serviço.

9.7.22. Cada evento será considerado uma saída profissional, mesmo quando realizado nas dependências do mesmo prédio/Órgão.

9.7.23. Os serviços serão executados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 21h, e, eventualmente, em período noturno, finais de semana e feriados, nos locais e nas condições estipuladas pelo CONTRATANTE. Caso o evento seja fora das unidades do MEC, a CONTRATADA será a responsável por todos os contatos e credenciamentos relativos a garantir o acesso a tais locais, sendo que o CONTRATANTE poderá auxiliar nesse processo, caso necessário.

9.7.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar seus profissionais com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início do evento, no local indicado pelo CONTRATANTE, bem como os dados pessoais do(s) profissional(ais) destacado(s) para o atendimento do serviço. Esses dados deverão ser disponibilizados por e-mail.

9.7.25. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas da execução dos serviços, incluída a utilização de equipamentos e materiais de consumo (fitas, filmes, mídias CD/DVD e outras), além das despesas com transporte até o local de realização do evento.

9.7.26. Ficará a cargo do CONTRATANTE a verificação da qualidade do produto entregue, que poderá ser recusado, implicando na substituição do produto julgado inadequado pelo contratante. A CONTRATADA deverá refazer o produto/serviço, sem qualquer ônus adicional ao contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de, após este prazo, serem aplicadas as penalidades contratuais previstas.

9.7.27. A CONTRATADA deverá realizar os serviços de produção fotográfica, mediante solicitação do CONTRANTE, com utilização dos equipamentos adequados e nos prazos estabelecidos. Ainda, deverá recrutar, selecionar, treinar e encaminhar ao MEC os profissionais necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida, que poderá ser para qualquer período, inclusive período noturno, sábados, domingos e feriados, observando a solicitação feita pelo CONTRATANTE por e-mail ou por telefone com antecedência mínima de 8 (oito) horas.

9.7.28. Todas as imagens registradas durante a cobertura dos eventos deverão ser repassadas ao CONTRATANTE, considerando-se falta grave, passível de multa, a disponibilização e/ou comercialização de qualquer imagem pela CONTRATADA.

9.7.29. Observada a data designada na Ordem de Serviço, o MEC poderá alterar o evento e/ou diversas características dos eventos a serem cobertos pelo serviço contratado, como o local de realização (dependências do MEC e proximidades ou outro local designado pelo CONTRATANTE), iluminação, cenários, qualificações profissionais e pessoais dos participantes dos eventos, quantidade de participantes, restrições de segurança, nome e objetivo dos eventos ou outras características pertinentes, não caracterizando hipótese de registro de nova Saída de Fotógrafo Profissional.

9.7.30. As mídias contendo os arquivos de fotos deverão ser entregues à Assessoria de Comunicação do Ministério da Educação, localizada no 9º andar do Edifício Sede do MEC, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Brasília/DF.

9.7.31. A prestação dos serviços dar-se-á nas dependências do CONTRATANTE, em Brasília-DF, em outras unidades da federação, conforme o interesse e conveniência do Ministério, com vista a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços.

9.7.32. A critério do CONTRATANTE poderá, eventualmente, haver serviços que requeiram o deslocamento de profissionais para executarem atividades em outras localidades. Neste caso as passagens e/ou o deslocamento será custeado pelo CONTRATANTE.

9.7.33. Os deslocamentos de profissionais a serviço deverão estar previstos em Ordem de Serviço, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE. As despesas daí decorrentes serão pagas pelo CONTRATANTE da mesma forma como as despesas permanentes. A CONTRATADA proverá os meios de deslocamento, hospedagem e diária para alimentação dos técnicos designados, sendo reembolsada pelo CONTRATANTE, pelo valor bruto e sem incidência de honorários e impostos, mediante prestação de contas e apresentação de recibo, com a descrição pormenorizada dos serviços com os devidos comprovantes anexados.

9.7.34. Ao fim de cada mês, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório descritivo da produção fotográfica, contendo as pautas e/ou briefing atendidos, a quantidade de fotos produzidas e outras informações que o CONTRATANTE achar pertinentes.

9.8. Monitoramento e análise das Redes Sociais e outras mídias digitais

9.8.1. Unidade: Serviço diário

9.8.2. Quantidade anual: 12

9.8.3. Quantidade mensal: 1

9.8.4. **Especificações:** A utilização da ferramenta propiciará ainda informações essenciais para diagnosticar o cenário atual do CONTRATANTE nas mídias sociais, estimar o ideal e fundamentar as ações a serem realizadas em conformidade com os objetivos institucionais. Também possibilitará mensurar e acompanhar os resultados em tempo real e interagir com os cidadãos pela ferramenta, viabilizando o aprimoramento contínuo e a eficácia das ações.

9.8.5. A ferramenta de monitoramento digital possibilitará ao CONTRATANTE o gerenciamento dos canais oficiais do MEC nas redes sociais, identificar os usuários, a fim de definir estratégias de melhoria do alcance das publicações, criar metodologias de postagem e aumentar significativamente as possibilidades de interação com o público externo, proporcionando o desenvolvimento contínuo e a eficácia das ações.

9.8.5.1. O serviço de monitoramento e análise de redes sociais possibilitam ao MEC ter uma visão estratégica de seu posicionamento junto aos usuários da rede mundial de computadores, bem como medir e analisar o impacto das informações disseminadas sobre assuntos de interesse do órgão. Por meio desse monitoramento, é possível prever problemas e adiantar soluções para casos específicos que possam causar repercussão na mídia, possibilitando o esclarecimento de dúvidas de forma mais rápida. Além de medir a avaliação dos internautas sobre assuntos relacionados ao MEC.

9.8.5.2. A prestação do serviço a ser contratado possibilitará ao MEC obter informações essenciais para diagnosticar o cenário atual do Ministério nas mídias sociais, estimar o ideal e fundamentar as ações a serem realizadas em conformidade com os objetivos institucionais. Além de possibilitar ao MEC:

- Medir e analisar o impacto das informações disseminadas sobre assuntos de interesse do órgão;
- Analisar os usuários, sendo possível prever problemas e adiantar soluções para casos específicos que possam causar repercussão na mídia, possibilitando o esclarecimento de dúvidas de forma célere;
- Ter uma visão estratégica de seu posicionamento nas redes sociais;
- Estimular a participação cidadã, o acesso à informação e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

9.8.6. Faz parte do monitoramento e análise das redes sociais e outras mídias digitais, o acompanhamento dos perfis do CONTRATANTE nas redes sociais, incluindo conteúdo e análise dos itens que necessitem de algum tipo de ação específica, tais como resposta, monitoramento, exclusão, alcance das postagens, comentários, etc, bem como a análise da percepção do órgão no ambiente digital, mídias sociais, grupos

online, blogs, portais e sites especializados, destacando quem são os influenciadores e temas mais comentados que servirão para orientar o CONTRATANTE em determinados posicionamentos.

9.8.7. O monitoramento deve ser feito de forma permanente (24 horas, 7 dias por semana), dos perfis oficiais do MEC nas redes sociais, assim como de citações relacionadas ao órgão. O acompanhamento deverá mostrar a evolução da imagem do MEC, além da indicação dos assuntos mais relevantes abordados pelos usuários, classificação dos registros (positivo, negativo e neutro), identificação das principais fontes influenciadoras e detratoras e sugestão de aprimoramento da comunicação com esses públicos.

9.8.8 O acompanhamento pode ser feito por meio de plataforma *online*, com acesso a *dashboards* de dados com gráficos e tabelas, além da possibilidade de geração de relatórios. *Dashboard* com dados de suporte à tomada de decisão (tabelas e gráficos mostrando temas em destaque, distribuição de citações em redes sociais, análise de sentimento das citações, abrangência de posts oficiais e citações em outros perfis, entre outras informações consideradas de interesse e importância estratégica).

9.8.9. A geração de alertas imediatos sobre temas com grande potencial de repercussão, incluindo sugestão de providências a serem tomadas no âmbito das redes sociais. Os alertas devem ser feitos por mensagem de *WhatsApp*, *e-mail*, SMS e/ou outros meios de comunicação, direcionados à assessoria de comunicação social do MEC.

9.8.10. O acesso para abertura de chamados deve estar disponível, da mesma maneira, por 24 (vinte e quatro) horas por dia durante os 7 (sete) dias da semana.

9.8.11. É possível que as falhas do sistema sejam comunicadas por *e-mail* ou por *WhatsApp*, em número de responsável técnico indicado pela contratada. Após comunicação de eventuais problemas técnicos, a CONTRATADA tem até 3 (três) horas para o reestabelecimento do sistema.

9.8.12. O monitoramento deve indicar sua repercussão, reputação, evolução de sentimento (sentimentalização), principais influenciadores e demais informações estratégicas para a tomada de decisões. Situações que indiquem possíveis repercussões com alto volume devem ser alertadas, especialmente aqueles que possam gerar crise. O resultado deve ter clareza na apresentação dos dados. A análise deve responder aos porquês dos dados e não só aos números pelos números, ou seja, explicar as razões pela qual determinado tema está positivo/negativo/neutro, o que gera esse efeito e exemplos de posts/notícias que comprovem a explicação.

9.8.13. A ferramenta eletrônica deverá estar disponível na língua portuguesa e possuir as seguintes funcionalidades: análise, monitoramento, interação, agendamento de posts e gerenciamento nas mídias sociais.

9.8.14. O monitoramento das menções sobre o contratante deve ser feito, em tempo real, nas mídias sociais próprias ou não, *blogs e sites na internet*. Deve compreender, pelo menos, 100.000 menções mensais sobre o contratante e abranger, pelo menos, as seguintes mídias sociais, além de blogs e jornais online: Facebook, Twitter, Instagram e Youtube.

9.8.15. Também estão compreendidos nesse item as seguintes ações e especificações:

- Análise de sentimento: classificação automática das menções monitoradas em (positivo, negativo ou neutro), com possibilidade de modificação manual.
- Emissão de alertas e acompanhamento em tempo real de ondas negativas ou positivas.
- Geração de alertas imediatos sobre temas com grande potencial de repercussão, incluindo sugestão de providências a serem tomadas no âmbito das redes sociais. Os alertas devem ser feitos por mensagem de *WhatsApp*, *e-mail*, SMS e/ou outros meios de comunicação, direcionados à Assessoria de Comunicação Social do MEC.
- Identificação de públicos, formadores de opinião e discursos adotados, bem como da origem das postagens.
- Avaliação da influência dos públicos, dos padrões das mensagens e de eventuais ações organizadas na web.
- Agendamento de publicações por meio da ferramenta com a possibilidade de anexar documentos, inserir links e editar posteriormente todas as informações cadastradas.

- O agendamento deve disponibilizar todas as ferramentas de edição disponíveis nas redes originais (como marcação de pessoas e páginas nos posts, negrito e etc.) ou qualquer ferramenta que vier a ser disponibilizada na rede original.
- Agendamento de publicações em massa: a ferramenta deve agendar publicações no Facebook e Twitter por meio da inclusão de um único arquivo com diversos textos, links e imagens para agendamento prévio.
- Possibilidade de inclusão, edição e gerenciamento de publicações numa interface de calendário.
- Ferramenta de encurtamento de links própria, contabilização dos acessos realizados por meio dos links, geração de relatórios diretamente pelo software.
- O canal de interação deve prever a possibilidade de criação de respostas padrão.
- Interação com os cidadãos: as menções identificadas no monitoramento deverão ser passíveis de resposta por meio da própria ferramenta.
- O software deve oferecer possibilidade de que usuários do sistema encaminhem mensagens a serem respondidas por usuários externos, as respostas devem ser passíveis de aprovação pelos usuários administradores.
- A ferramenta que a empresa de prestação de serviço utilizará deve ser capaz de classificar as interações com os cidadãos, além de gerar relatórios das mesmas, extraídos sempre que necessário.
- Painel de controle que apresente:
 - todas as respostas realizadas;
 - possibilidade de salvar respostas em edição;
 - contabilização de tempo de resposta para cada atendente;
 - possibilidade de gerar relatórios e gráficos relacionados ao atendimento;
 - possibilidade de edição e aprovação das mensagens pelo administrador da ferramenta antes do envio.
- Análises comparativas das informações coletadas com apuração de dados estatísticos e geração de relatórios e gráficos variados contemplando todas as informações monitoradas, respondidas e agendadas sem limites de quantidade de relatórios ou gráficos criados.
 - A ferramenta deve ser capaz de fazer uma análise apurada das redes sociais, a vista de possibilitar a criação de mapa de performance, a ser adaptado a cada uma das principais redes utilizadas oficialmente pelo MEC.
 - Os dados devem ser apresentados em relatórios onde seja possível o cruzamento de dados e métricas selecionados.
- Os relatórios devem ter as variáveis customizáveis, com a respectiva geração dos gráficos correspondentes.
- Gerar relatórios diários com múltiplos indicadores, que possam apontar pontos de estresse com facilidade.
- O relatório resumido semanal de acompanhamento deverá apontar os temas mais relevantes da semana, principais fontes, sugestões de aprimoramento e análise das mensagens.
- O relatório analítico mensal indicará as bases de buscas das informações relativas à imagem do MEC nas redes sociais e análise completa dos dados, com recomendação de temas e ações para otimizar o uso de redes sociais, bem como a análise crítica dos dados apurados e sua repercussão.
- Deve ser possível customizar um Painel de controle (*dashboard*), que se atualize em tempo real, mas que possa ser facilmente compartilhada em rede específicas, enviados por e-mail e, haja possibilidade de gerar sua impressão apresentada como relatório gerencial.
- Exportação das informações geradas em relatórios com formatos diversos, como HTML, PDF, XLS e CSV.
- Configuração inicial da ferramenta com as palavras-chave ou determinação de sentimento e demais parâmetros iniciais (setup inicial).

- O sistema de tagueamento, assim como a definição de sentimento do usuário, também devem ser intuitivos e facilmente configuráveis.
- Todas as interações ocorridas entre os usuários e o MEC deverão ser armazenadas em históricos, podendo ser acessadas a qualquer momento.
- Além dos canais oficiais do MEC e do monitoramento de menções ao Ministério nas redes sociais da internet, a ferramenta deve ser capaz de produzir análises comparativas da performance dos canais oficiais em relação a outros canais de órgãos públicos e de jornais e revistas.
- A ferramenta deve ser capaz de fazer uma análise apurada das redes sociais, a vista de possibilitar a criação de mapa de performance, a ser adaptado a cada uma das principais redes utilizadas oficialmente pelo Ministério.
- Treinamento avançado online aos usuários da ferramenta que abranja todas as suas funcionalidades.
- Suporte por e-mail, telefone e/ou webconferência para sanar dúvidas ou eventuais problemas na utilização da ferramenta.

9.8.16. Parâmetros a serem observados:

9.8.16.1. Para o Facebook, a ferramenta deverá ter, no mínimo, as seguintes métricas:

- Posts da página oficial;
- Interações;
- Engajamento;
- Número de resposta; • Número de fãs;
- Usuários constantes;
- Posts de usuários na página do MEC;
- Citações e menções;
- Tipos de Post;
- Perfil do público:
 - a. Por sexo;
 - b. Por faixa etária;
 - c. Por estado.
- Evolução na base de fãs:
 - a. Curtidas/seguidores que ganhamos;
 - b. Curtidas/seguidores que perdemos;
- PEP (Pontuação de Engajamento por Publicação).

9.8.16.2. Para o YouTube, a ferramenta deverá ter, no mínimo, as seguintes métricas:

- Total de vídeos;
- Visualização de vídeos;
- Tempo total visto;
- Crescimento do tempo total visto;
- Relação de Like e Dislike;
- Crescimento Absoluto de Like e Dislike
- Inscritos;
- Crescimento de inscritos;
- Número de visualização.

9.8.16.3. Para o Twitter, a ferramenta deverá ter, no mínimo, as seguintes métricas:

- Retweets;
- Menções;
- Favoritos;
- Evolução de seguidores;
- Perfil do público
 - a. Por sexo;
 - b. Por faixa etária;
 - c. Por estado.

- Evolução na base de fãs
 - a. Curtidas/seguidores que ganhamos;
 - b. Curtidas/seguidores que perdemos;
- PEP (Pontuação de Engajamento por Publicação).

9.8.16.4. Para o Instagram, a ferramenta deverá ter, no mínimo, as seguintes métricas:

- Fotos publicadas;
- Seguidores;
- Curtidas; • Comentários.
- Visualização
 - a. Quando for vídeo
 - b. Das Stories publicadas

9.8.17. Ao fim de cada mês, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório analítico (quantitativo e qualitativo). O relatório analítico mensal (quantitativo e qualitativo) reunirá informações sobre as bases de dados consultadas, assim como análise crítica sobre impacto na imagem institucional e recomendação de ações. Os relatórios mensais devem trazer um diagnóstico da imagem institucional nas redes sociais, com recomendações de ações estratégicas para lidar com as situações. Alguns dados que precisam fazer parte dos relatórios mensais:

- a. Avaliação do impacto das postagens realizadas pelo MEC, com análise de abrangência, vitalidade e favorabilidade;
- b. Avaliação das citações ao MEC e temas/autoridades relacionadas, com análise de abrangência, vitalidade e favorabilidade;
- c. Indicação dos principais temas debatidos nas redes sociais e ações organizadas na web referentes ao MEC e suas autoridades;
- d. Identificação dos principais formadores de opinião nas redes sociais que debateram sobre assuntos afetos ao MEC, com análise de seu posicionamento e influência/capacidade de repercussão;
- e. Identificação das postagens de usuários das redes sociais que mais repercutiram durante o mês, no âmbito do MEC, e análise de seu impacto na imagem do MEC, repercussão e relevância;
- f. Avaliação geral do impacto da mobilização digital em torno de temas referentes ao MEC, com projeção de seus reflexos na opinião pública;
- g. Proposição de ações em comunicação social que visem solucionar e responder a questões relacionadas ao MEC no âmbito das redes sociais

9.8.18. Deverá haver ampla abrangência de redes para monitoramento das seguintes mídias sociais: Facebook; Twitter; Youtube e Instagram. Qualquer um dos canais listados pode ser substituído, a qualquer tempo, conforme solicitação do MEC, devendo a empresa responsável pela prestação de serviço fazer a inclusão e substituição assim que disponibilizadas conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web do canal solicitado.

9.8.19. A CONTRATADA deverá garantir o armazenamento de todo o histórico dos termos e citações monitoradas pelo sistema, por meio da manutenção de um banco de dados, bem como possibilitar a consulta da amostra analisada por filtros, tais como: assunto, público, rede social, data e palavra-chave.

9.8.20. Os temas e assuntos que serão referência no monitoramento são definidos a partir das diretrizes do Órgão, e não são estáticos, pois variam de acordo com a estratégia e os objetivos atuais. Portanto, a definição dos termos e palavras chaves será realizada no momento da execução do monitoramento e a partir das orientações da Alta administração e é, justamente, esse trabalho de definição dos assuntos mais relevantes para determinado momento, e a capacidade de monitorá-las, que é o uso eficiente e a necessidade da prestação do serviço.

9.8.21. Os serviços serão desenvolvidos nas instalações da CONTRATADA, que deverá providenciar a infraestrutura de hardware, software e pessoal necessário para a perfeita execução dos trabalhos.

9.8.22. A configuração inicial da ferramenta com as palavras-chaves e demais parâmetros iniciais (setup inicial), como a formatação dos primeiros painéis de interação com o sistema (dashboards) e relatórios

deverão ser realizados pela CONTRATADA.

9.8.23. Todos os serviços auxiliares poderão ser realizados de maneira remota (online), sem ônus para o MEC.

9.8.24. A CONTRATADA deve fornecer suporte por e-mail, telefone e/ou webconferência para sanar dúvidas ou eventuais problemas 24 (vinte e quatro) horas por dia durante os 7 (sete) dias da semana, incluindo feriados (24x7x365).

9.8.25. Além do relatório mensal, a CONTRATADA deverá enviar um relatórios diário, um no início da manhã no início da tarde (até, no máximo, 15h), por *e-mail* ou outra forma solicitada pelo contratante, das ações de relacionamento com o público em ambiente digitais, contendo contexto geral do dia, acompanhamento das páginas dos órgãos vinculados ao MEC, análise da moderação e das interações, quantidade de menções, análise das repercussões por tema e outras informações que a contratante achar pertinentes.

9.9. Custos de Pessoal e Descrição dos Recursos Humanos

9.9.1 Todos os custos de pessoal necessários à execução dos serviços devem correr por conta da CONTRATADA.

9.9.2 É responsabilidade da CONTRATADA dimensionar o quantitativo de pessoal necessários para o atendimento do volume e complexidade dos serviços, observadas as qualidades de serviços prestados conforme os serviços definidos neste Termo de Referência;

9.9.3. Nos preços da Solução Proposta deverão levar em conta todos os custos relativos aos serviços, incluindo os serviços complementares de transmissão de informação, equipamentos, licenças e análise de dados a serem considerados neste Termo de Referência.

9.9.4. Os preços ofertados para fornecimento do Objeto devem ser apresentados conforme as tabelas descritas no ENCARTE "D" deste Termo de Referência.

9.9.6. Apresentar juntamente com a proposta a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, constante no ENCARTE "G".

9.10. Proposta de Preço

9.1. A proposta de preço ajustada ao valor do lance das LICITANTES deverá seguir a forma definida no TR, devendo conter os seguintes termos:

9.1.1. Concordância com todos os termos e condições estabelecidas neste TR, incluindo as obrigações da CONTRATANTE, de entrega, e demonstrar estar ciente das sanções administrativas por descumprimento das demais cláusulas deste TR;

9.1.2. Apresentação dos demonstrativos de Preço Total e de Preços Unitários;

9.1.3. O valor apresentado deverá contemplar todos os custos inerentes à contratação e ainda aqueles decorrentes de fretes, seguros, embalagens, fiscais, trabalhistas e demais encargos contribuições, impostos e taxas estabelecidos na forma da Lei;

9.1.4. O(s) licitante(s) deverão ofertar lances somente para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 9, de forma que fique igual ou abaixo do estimado do previsto no ENCARTE "A" do TR. Em nenhuma hipótese o(s) licitante(s) deverá(ão) ofertar lances para os itens 6 e 8, sendo estes itens valores fixos.

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. O início da execução contratual só ocorrerá mediante a apresentação da garantia, dentre uma das modalidades definidas no § 1º do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

10.2. A execução do objeto poderá ter início imediato a partir da assinatura do contrato, sendo a prestação dos serviços sujeita à emissão da Ordem de Serviço, pelo fiscal .

10.3. A vigência contratual será de 12 (doze) meses podendo haver prorrogação do contrato conforme a previsão do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

10.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no ato da sua entrega, a cada demanda executada, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta da CONTRATADA, especificações técnicas e normas vigentes.

10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, conforme especificado neste documento, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11. OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

11.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.5. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a à CONTRATADA, resultante da prestação do serviço, nas condições e preços pactuados.

11.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº5/2017.

11.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se
- b) somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
- c) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- d) considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.8. Fornecer as informações e os esclarecimentos necessários para a execução dos produtos e serviços objeto do contrato.

11.9. Proporcionar condições de boa execução dos produtos e serviços.

11.10 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços com quantitativo suficiente de profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Exercer o controle de qualidade na execução dos serviços prestados, com base nos parâmetros determinados pela CONTRATANTE.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.6. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.9. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº5/2017;

12.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

12.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- 12.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.15. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.17. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.19. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.21. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.22. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº13.146, de 2015.
- 12.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 12.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.27. Assegurar ao CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº5, de 25/05/2017:
- 12.27.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.27.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.28. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.29. Responder perante o CONTRATANTE por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

12.30. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o CONTRATANTE.

12.31. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa, dolo ou omissão de seus empregados e prepostos, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações administrativas ou judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato.

12.32. Não caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

12.33. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993, regulamentada pelo Decreto nº 7.746/2012.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante do CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante do CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no ENCARTE "B" deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.10.1 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

15.10.2. A autorização, pelo CONTRATANTE, dos serviços executados pela CONTRATADA não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução técnica e comprovação dos serviços.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. O CONTRATANTE fiscalizará a execução dos produtos e serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

15.17.1. Serão nomeados gestor e fiscal, titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a ser firmado e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos produtos e serviços e terá poderes, entre outros, para notificar a contratada, objetivando sua imediata correção.

15.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas de verificação:

- c) Produção de conteúdo em conformidade com as normas da Língua Portuguesa e com os padrões de redação de textos jornalísticos;
- d) Geração de registro escrito do serviço realizado (texto produzido, registro de atendimentos à imprensa, mensagem relativa a envio de release para mailing list em sistema informatizado, entre outros);
- e) Cumprimento do prazo de entrega.

15.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no ato de entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo, quando houver o gestor o deverá ser recebido definitivamente pelo próprio fiscal.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.4.1. O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.4.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.5. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.5.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.5.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

16.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo;

16.6. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.6.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, conforme especificado neste documento, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.17. Para pagamento pela execução dos produtos e serviços previamente autorizados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Produtos e Serviços:

a.1) nota fiscal ou fatura emitida, sem rasura, em letra legível, em nome e CNPJ do CONTRATANTE, da qual constará o número do contrato, descrição dos produtos e serviços executados, número da respectiva Ordem de Serviço e as informações para crédito em conta corrente (nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta);

a.2) documentos de comprovação da execução dos produtos e serviços;

b) Despesas com deslocamentos de profissionais a serviço:

b.1) nota de débito, emitida conforme exigências da alínea 'a1', relacionando os meios de transporte contratados, com os respectivos CNPJ, razão social e valores, bem como a quantidade de diárias necessárias para cobertura das demais despesas envolvidas no deslocamento;

b.2) prestação de contas com relatório de viagem, conforme especificado no subitem 17.28.

17.18. Para o reembolso das despesas com deslocamentos de profissionais a serviço no decorrer a execução contratual será realizado a partir de uma prestação de contas apresentada pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

17.19. Os deslocamentos de profissionais a serviço deverão estar previstos em Ordem de Serviço, devidamente aprovado pelo gestor do contrato.

17.20. Para autorização dos deslocamentos, na Ordem de Serviço deverão constar as seguintes informações:

- a) nome do profissional;
- b) finalidade da viagem;
- c) datas de início e do término da viagem;
- d) previsão de quantidade de diárias.

17.21. Para as passagens aéreas, fica definida a utilização de classe econômica para qualquer profissional nos trechos nacionais ou internacionais, utilizando como referência as regras propostas pela IN Nº 3 SLTI/MPOG, de 11 de fevereiro de 2015.

17.22. As despesas com passagens aéreas serão reembolsadas pela CONTRATANTE no valor efetivamente desembolsado pela CONTRATADA, com base em 03 (três) orçamentos, com escolha do menor preço ou da melhor relação custo/benefício, até o limite previsto no ENCARTE "A.1".

17.23. As cotações deverão ser datadas e efetuadas junto a empresas distintas que não pertençam a um mesmo grupo societário e poderão ser realizadas nos sítios das respectivas companhias aéreas.

17.23.1 Caso não haja possibilidade de apresentar 3 (três) cotações, consideradas as especificidades dos deslocamentos, a CONTRATADA deverá justificar o fato, por escrito, à CONTRATANTE.

17.24. Nos deslocamentos excepcionais por intermédio de outros meios de transporte, que não o aéreo, a CONTRATANTE poderá aprovar a locomoção com base na apresentação, pela CONTRATADA, de orçamentos prévios e prestação de contas em regras similares às das passagens aéreas.

17.25. As despesas decorrentes do deslocamento em território nacional serão previamente orçadas e sua realização dependerá de expressa autorização do Fiscal do Contrato no Ministério da Educação.

17.25.1. A CONTRATADA proverá os meios de deslocamento, hospedagem e diária para alimentação dos técnicos designados, sendo reembolsada pelo Ministério da Educação, pelo valor bruto e sem incidência de honorários e impostos, mediante prestação de contas e apresentação de recibo, com a descrição pormenorizada dos serviços com os devidos comprovantes anexados.

17.25.2. As despesas daí decorrentes serão pagas pelo CONTRATANTE da mesma forma como as despesas permanentes, segundo a tabela própria da proposta de preços, que faz parte integrante do presente Termo de Referência, mediante comprovação da viagem de cada profissional destacado.

17.26. Para o reembolso com diárias, será utilizado o valor até o limite de R\$ 253,80 (duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos);

17.27. A prestação de contas dos deslocamentos de profissionais a serviço deverá ser feita por meio de relatório de viagem a ser apresentado pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

17.28. O relatório de viagem deverá ser apresentado em português, com a caracterização de “reembolso” dos valores em reais, devidamente assinado pelo representante da empresa (identificado pelo nome e cargo), acompanhado dos seguintes documentos:

- a) cotações de preços de passagens para o trecho solicitado;
- b) comprovação de compra da passagem de menor preço;
- c) comprovantes de embarque;
- d) comprovante de pagamento de diária(s) ao profissional.

17.29. Nos casos em que houver a necessidade de prestação de serviços nas dependências do CONTRATANTE, este proverá infraestrutura básica para prestação dos produtos e serviços que serão executados em suas dependências, quanto ao espaço físico e mobiliário, ficando por conta da CONTRATADA outros recursos que ela julgue necessários ao melhor atendimento ao serviço demandado

17.30. Os preços apresentados para execução de quaisquer produtos ou serviços são da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe cabendo pleitear nenhuma alteração posterior, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

17.31. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.32. A nota fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA, diretamente à equipe de fiscalização do contrato, com a devida comprovação da execução dos produtos e serviços.

17.33. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

17.34. Os pagamentos efetuados pelo CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas ou do orçamento da proposta.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços do objeto deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite da assinatura do contrato, poderão ser reajustados utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \cdot P$$

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor no momento do reajuste.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1. Caso seja necessário, o valor total da presente contratação, poderá ser acrescido ou suprimido em até 25%, nos termos do art. 65, §1º da lei 8.666/93.

20. GARANTIA CONTRATUAL

20.1. A adjudicatária prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993.

20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14. A CONTRATADA autoriza ao CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Edital, Termo, Contrato e demais cominações legais, a(s) CONTRATADA(S) que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- e) não manter a proposta e não assinar o contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fizer declaração falsa;
- h) cometer fraude fiscal;
- i) ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

21.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

21.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destacam-se as possíveis sanções:

21.5.1. Advertência;

21.5.2. Multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

21.5.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

21.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

21.5.5. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas "a" e "b" com as da alínea "c", o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.

21.6. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:

- I) mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II) mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA;
- III) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

21.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

21.8. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-as do pagamento a ser efetuado.

21.10. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

21.11. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições do Termo de Referência poderá a CONTRATANTE aplicar multa de 1% do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas

posteriores ao ocorrido resguardado o direito à ampla defesa e do contraditório.

21.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.13. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

21.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por grupo/item.

22.4. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

22.4.1. Considerar-se-á como pertinente e compatível, em características e quantidades, com o objeto da presente licitação, a comprovação da prestação de serviços, por meio de atestados, nos seguintes termos:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE A SER COMPROVADA POR MEIO DE ATESTADO
Grupo 1	1	Atendimento de demandas de veículos de comunicação	Pacote com 100 Atendimentos	8800	Comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, emitido(s) por órgãos
	2	Vídeo-release	vídeo	515	
	3	Áudio-Release	áudio	449	

	4	Elaboração de texto em língua portuguesa	Lauda Jornalística	1125	ou entidades de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto. Não haverá obrigatoriedade de serem 3 (três) anos ininterruptos, conforme item 10.6.1 do Anexo VII-A da IN 5/2017 - SEGES/MPDG .
	5	Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais	Posts	3810	Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) que comprovem que a licitante prestou os serviços de produção de pelo menos 80 releases em texto, 10 releases em vídeo, 10 releases em áudio, por ano, e produção de 15 posts (em texto, áudio, vídeo ou arte gráfica) mensais.
Grupo 2	7	Produção Fotográfica (saídas/eventos)	Saída/evento	780	Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços através de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por órgãos ou entidades de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características com o objeto.
Item não agrupável	9	Monitoramento de Redes Sociais	Serviço Mensal	12	Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por órgãos ou entidades de direito público ou privado,

					<p>comprovando que a empresa prestou ou vem prestando, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto.</p> <p>Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) que comprovem que a licitante presta o serviço de monitoramento de no mínimo 500.000 (quinhentos mil) menções de um mesmo cliente por ano.</p>
--	--	--	--	--	--

22.5. Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is);

22.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

22.7. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado por meio de diligência, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

22.8. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

22.9. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito deste órgão, nos termos do art. 10 da Portaria nº 409/MPDG, de 21 de dezembro de 2016.

22.10. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.11. No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. Os produtos e serviços serão executados na medida da necessidade e conveniência do Ministério da Educação que poderá readequá-los nas mesmas condições contratuais, ocasionando distribuição diferente da previamente estabelecida, desde que justificada a alteração e respeitado o valor estabelecido de investimento para a contratação.

23.2. O quantitativo de execução anual está apresentado no subitem 1.1 tabela 1 deste Termo de Referência.

23.3. Tais quantitativos tratam de estimativa baseada na execução contratual anterior, podendo ser readequados nas mesmas condições contratuais.

23.4. No ENCARTE "A" consta planilha com valores máximos aceitáveis para cada item.

23.4.1. Os valores foram obtidos por pesquisa de mercado com base nos Contratos celebrados pela Administração Pública Federal, de prestação de serviço sob demanda, bem como pelo envio de e-mail a empresas da área de comunicação, com seleção dos valores válidos para ajuste no Mapa Comparativo de Preços conforme respalda o Art.2º, §2º da IN nº 05/2014 - SLTI/MPOG, bem como Acórdão TCU nº 403/2013 – Primeira Câmara.

23.5. O custo estimado da contratação é de R\$ 5.591.595,47 (cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos), conforme ENCARTE "A" do presente Termo de Referência.

23.5.1. No valor acima estão inseridas as despesas com eventuais deslocamentos de profissionais para executarem atividades em outras localidades, no valor de R\$ 102.639,00 (cento e dois mil, seiscentos e trinta e nove reais).

23.5.1.1. A quantidade de deslocamentos está estimada no equivalente a 50 (cinquenta) passagens e 100 (cem) diárias, por ano; sendo 25 (vinte e cinco) passagens e 50 (cinquenta) diárias **para o item 1, do Grupo 1 (Atendimento de demandas de veículos de comunicação)**, e 25 (vinte e cinco) passagens e 50 (cinquenta) diária, **para o item 7, do Grupo 2 (Produção Fotográfica)**.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Ministério da Educação, cujo programa de trabalho e elemento de despesa específicos seguem descritos abaixo e ainda constarão da respectiva Nota de Empenho:

Plano de Trabalho: 12.122.0032.2000.0053

Grupo de Natureza da Despesa - 3 - Outras despesas correntes

24.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

25.2. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: cpl@mec.gov.br, subsidiado pela área técnica.

25.3. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link "Acesso à informação/Licitações e Contratos", bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

25.4. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

25.5. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.

26. DOS ANEXOS

26.1. São partes integrantes deste Termo de Referência:

26.1.1. ENCARTE "A" – Orçamento Estimativo

26.1.1.1 - ENCARTE "A.1" - Orçamento Estimativo Deslocamentos

26.1.2. ENCARTE "B" - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

26.1.3. ENCARTE "C" - Termo de confidencialidade

26.1.4. ENCARTE "D" - Modelo de Proposta Comercial

26.1.5. ENCARTE "E" - Modelo de Ordem de Serviço

26.1.7. ENCARTE "F" – Modelo de Declaração de Parentesco

26.1.8. ENCARTE "G" – Declaração de Sustentabilidade Ambiental

26.1.9. – ENCARTE "H" – Modelo de Recebimento Provisório

26.1.10. – ENCARTE "I" – Modelo de Recebimento Definitivo



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cristina Vieira Lima, Chefe de Assessoria**, em 18/06/2020, às 20:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2113401** e o código CRC **ECFC3F60**.